

Revista de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Roraima

24

TEXTOS & DEBATES

ISSN 1413-9987



# TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Roraima

Nº 24



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO  
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

ISSN On-line 1413-9987

Textos & Debates | Boa Vista | Nº 24 | Referência 2013 / Publicação 2015

## Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-  
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografías de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

## Textos & Debates

### Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa  
Maria Luiza Fernandes  
Rodrigo Pereira Chagas

### Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)  
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)  
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)  
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)  
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)  
Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)  
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)  
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)  
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)

### Conselho Executivo

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)  
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)  
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)  
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)  
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)  
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)  
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)  
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)  
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)  
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)  
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)  
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)  
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)  
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)  
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)  
Prof. Dra. Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)  
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)  
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)  
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,  
nº 2413, Bairro Aeroporto.  
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR  
Telefone: (55) (95) 3621-3111  
E-mail: editora@ufrr.br  
www.ufrr.br

### Editora da UFRR

#### Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa  
Rodrigo P. Chagas;  
Tayná de Mello Leite

**APRESENTAÇÃO** ..... 5

**ARTIGOS**

**PORTUGAL EM ÁFRICA: A ADMINISTRAÇÃO DE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE EM MOÇAMBIQUE (1896 – 1898)** ..... 7

Thiago Henrique Sampaio

**AVALIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE SEUS *STAKEHOLDERS*: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM** ..... 25

Isadora de Souza Lopes, Márcia Conceição Tomaz, Geraldino Carneiro de Araújo, Marina Cardoso de oliveira

**DIÁLOGO NOITE ADENTRO: A ANTROPOLOGIA E O DIREITO A PARTIR DA SITUAÇÃO DE CONTATO**..... 47

Francisco Alves Gomes, Edio Batista Barbosa, Denison Rafael Pereira da Silva

**GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM 2012: UM MOVIMENTO NA ACADEMIA E SUA REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE** ..... 61

André Felipe Vieira Colares, Roney Versiani Sindeaux

**O MATERIALISMO - HISTÓRICO DENTRO DA OBRA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL DE CAIO PRADO JR.** ..... 79

João Carlos Jarochinski Silva

**RESENHAS**

**MEIO AMBIENTE, TERRAS INDÍGENAS E DEFESA NACIONAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TENSÃO NAS FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA**..... 85

Jordana de Souza Cavalcante



## APRESENTAÇÃO

Contribuindo para divulgar a produção de conhecimento a *Revista Textos & Debates* compartilha mais uma edição com cinco artigos e uma resenha, apresentando trabalhos na grande área das Ciências Humanas. Da Antropologia ao Direito, passando pela Educação, Economia e História, os textos corroboram com a ideia norteadora da Revista em constituir-se como um espaço de apresentação, análise e debate das diferentes maneiras de compreender a realidade social.

Realidade esta apresentada e refletida no artigo *Portugal em África: o governo do Comissário-Régio Mousinho de Albuquerque em Moçambique e seu discurso colonial (1896 – 1898)*, de Thiago Henrique Sampaio, que aborda a crise vivenciada por Portugal no final do século XIX e a busca de alternativas por parte dos então governadores-gerais para essas colônias africanas, sintetizando, para o caso de Mousinho de Albuquerque seu caráter “conservador e civilizador”.

Relacionada a economia solidária, apresentamos o artigo de Isadora Souza Lopes, Márcia Conceição Tomas, Geraldino Carneiro de Araújo e Maria Cardoso de Oliveira: *Avaliação sob a perspectiva de seus stakeholders: um estudo de caso em uma cooperativa de reciclagem*. A análise é feita a partir da realidade de uma cooperativa de reciclagem em Mato Grosso do Sul. Em que pesem as dificuldades de tal empreendimento, e o papel do poder público, os autores avaliam como positiva a experiência.

No texto *Diálogo noite adentro: a Antropologia e o Direito a partir da situação de contato*, Denison Rafael Pereira da Silva, Edio Batista Barbosa e Francisco Alves Gomes, apresentam uma interface entre a Antropologia e o Direito na produção de laudos periciais antropológicos em situação de contato. Trata-se de um trabalho inicial que visa incentivar o debate entre essas áreas em que as situações de contato têm sido permeadas por conflitos.

O texto seguinte, *Greve nas universidades federais em 2012*, de André Felipe Vieira Colares e Roney Versiani Sindeaux, aborda, com base na documentação do ANDES e do Governo, as principais reivindicações do movimento grevista e as conquistas alcançadas, refletindo sobre a posição do Governo Federal frente à educação superior.

Por fim, temos o artigo de João Carlos Jarochinski Silva, *O materialismo-histórico dentro da obra Evolução Política do Brasil de Caio Prado Júnior*. Neste ensaio o autor apresenta uma reflexão sobre a obra citada como sendo o “primeiro esforço” para uma análise marxista da história brasileira.

A *Revista Textos & Debates* estimula a produção e resenhas que apresentem ao

público as novas produções na grande área das Ciências Humanas. Assim, Jordana de Souza Cavalcante traz ao público a resenha do livro de Edson Damas da Silveira, intitulado *Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia Brasileira*. Publicado em 2010, o livro tem como “objeto de estudo o Parque Nacional do Monte Roraima na Terra indígena Raposa Serra do Sol e dentro da faixa de fronteira da Amazônia Brasileira” e contribui para a discussão sobre a demarcação/homologação de áreas indígenas e a questão dos parques nacionais.

Para a publicação de qualquer periódico faz-se necessário o envolvimento de muitas pessoas. Assim, agradecemos os autores que enviaram seus trabalhos, aos pareceristas e ao Conselho Editorial da Revista e ao leitor, sem o qual não faria sentido a produção. Continuamos convidados a todos a enviarem seus trabalhos para apreciação.

Os Editores.

ARTIGO

PORTUGAL EM ÁFRICA: A ADMINISTRAÇÃO DE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE EM MOÇAMBIQUE (1896 – 1898)

**Resumo**

Em finais do século XIX ocorreram mudanças na política colonial da Europa em relação ao continente africano. Portugal, historicamente país colonizador, não tinha condições econômicas e nem militares para empregar uma modernização na sua política colonial. Diante disso, diversos governadores-gerais em finais de Oitocentos buscaram alternativas para o desenvolvimento de suas administrações ultramarinas, como é o caso de Mousinho de Albuquerque que foi comissário-régio em Moçambique de 1896 a 1898. O presente artigo tem o objetivo de analisar a administração de Mousinho de Albuquerque e comparar o desenvolvimento comercial da colônia de Moçambique no período.

**Palavras-Chave:**

Mousinho de Albuquerque; Portugal; Moçambique; Imperialismo; Terceiro Império Português

**Abstract**

*Portugal was one of the first nations to form their colonial empire and the last to dismantle it. After the independence of Brazil (1822), its most developed colony, the Portuguese nation begins to observe the African continent as a source of wealth and development. In the late nineteenth century changes occurred in European colonial policy toward the African continent. Portugal, historically colonizing country, had no economic or military conditions and to employ a modernization in its colonial policy. Therefore, several governors-general in late nineteenth century sought alternatives for the development of its overseas administrations, as is the case Mousinho Albuquerque who was commissioner regal in Mozambique from 1896 to 1898. This article aims to analyze the administration Mousinho Albuquerque and compare the commercial development of the colony of Mozambique in the period.*

**Keywords**

*Mousinho Albuquerque; Portugal; Mozambique; imperialism; Third Portuguese Empire*

\*Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis)



## *A política colonial em finais de Oitocentos*

No último quartel do século XIX, os objetivos portugueses na África se iguaram ao processo de expansão colonial de outras nações europeias, devido à ampliação da industrialização a outros lugares do globo. Os países que começaram a se industrializar entram na fase do capitalismo concorrencial, a partir disto fica determinado a urgência da expansão das fronteiras de controle, a dominação das fontes de matérias-primas, a transferência para lugares periféricos de produção de alimentos e a busca de mão de obra a baixo custo (CABAÇO, 2009, p. 29).

Até 1885 não havia uma política colonial em relação à África, cada potência tinha suas ambições territoriais no continente negro. Inglaterra, Alemanha e França disputavam e procuravam estender as suas influências sobre os territórios considerados mais vantajosos e lucrativos (MARQUES, 1998, p. 166).

O direito histórico era usado até então para justificar a posse de territórios. Na visão de Oliveira Marques, Portugal se mostrava de longe a mais fraca das potências coloniais em aspectos militares, mão de obra, recursos econômicos e a que mais se assentava em seus direitos históricos (MARQUES, A. 1998, p. 166).

O projeto de colonização português em finais de XIX, inseriu-se nas transformações sofridas pela sociedade europeia e no desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Apesar de ser uma sociedade capitalista dependente de outras regiões, seus ideais coloniais tiveram forte teor nacionalista (PEREIRA, 1994, 157).

Portugal era uma nação essencialmente agrícola, sobretudo quando comparada a outras potências que já haviam passado pelo processo de industrialização, suas poucas indústrias tinham grande dependência econômica em relação à Inglaterra (PEREIRA, 1971, 20).

A indústria portuguesa neste período estava em desenvolvimento, os mercados consumidores em Angola e Moçambique foram vistos como oportunidades para impulsionar a nação (REIS, 2004, p. 220).

Portugal não era um país com grande potencial econômico, a maior parte da renda da nação devia-se ao capital estrangeiro, principalmente inglês. A partir da segunda metade do século XIX a Inglaterra era responsável por 50% das exportações portuguesas e Portugal importava por volta de 37% a 59% de suas compras neste país (PEREIRA, 1994, 297). Era de fundamental importância para Portugal manter relações comerciais com os ingleses, devido este não ter uma capacidade industrial em finais de XIX, mas era desprezível para o mercado da Inglaterra manter relações comerciais com os portugueses.

A Sociedade de Geografia de Lisboa elaborou um plano de ocupação das zonas intermediárias (essa área, atualmente, corresponde a Zâmbia, Zimbábue e Malawi) entre Angola e Moçambique. As pretensões portuguesas para esses territórios ficaram conhecido como *Mapa Cor-de-Rosa* e um de seus principais objetivos era relançar seus direitos históricos sobre uma vasta localidade.

A reivindicação portuguesa sob as áreas pretendidas chegaram a ser garantido por outras nações. A Inglaterra não os reconheceu. No final de 1889, Portugal iniciou uma campanha militar no interior da área reivindicada contra o povo mokololo. A Inglaterra estrategicamente declarou proteção a etnia, devido ao fato de ter interesse nessas áreas.

Em 11 de janeiro de 1890, o governo britânico apresentou o *ultimatum*<sup>1</sup>, intimando o governo português à imediata retirada de suas tropas sob ameaça de quebra das relações diplomáticas e com possível retaliação militar.

Posteriormente, o Tratado assinado com a Inglaterra em 11 de junho de 1891, fez com que Portugal abandonasse suas pretensões anteriores no continente negro. O acordo definiu as fronteiras atuais de Angola e Moçambique e estimulou o governo português a exploração total dos territórios que lhes couberam (MARQUES, A. 1998, p. 124).

Pelas cláusulas do Tratado, a situação do território moçambicano seria ultrajante para a coroa portuguesa desenvolver a província, visto que, o comércio e navegação dos rios da região se tornariam neutros com a aprovação do acordo pelo Parlamento português. Antônio Enes afirmava:

A província de Moçambique, fechada ao comércio e às indústrias nacionais, privada dos rendimentos aduaneiros, arrumando-nos com o custeio dos melhoramentos materiais e dos serviços da civilização, inquietando-nos e vexando-nos com incessantes conflitos motivados pelo regime comercial a que fica sujeita, será como uma grilheta de forçado, que nem ao menos poderemos limar *sem consentimento* e sem proveito do nosso verdugo, interessado por isso em torná-la cada vez mais pesada e mais afrontosa. Desde que os nossos domínios na África Oriental, não podendo ser nossos, hajam de ser da Inglaterra, os ingle-

---

1 Eis os termos do Ultimatum: O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, a seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas atualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens.

ses saberão forçar-nos a abandonar-lhos, talvez dando graças a Deus pelo resgate! (ENES apud MARTINS, F. A. Oliveira, 1946, p. 372)

O Tratado não era o fim dos problemas coloniais para Portugal, a sua principal dificuldade seria como iria ocorrer à ocupação efetiva e o desenvolvimento das suas localidades. Grandes porções dos territórios de Angola e Moçambique ainda não se encontravam controladas, a metrópole portuguesa precisou interferir, pacificando e desenvolvendo essas áreas. Tarefa que não seria fácil devido às dificuldades económicas enfrentadas pelos portugueses.

Após o acordo, iniciaram-se as Campanhas de Pacificação do território moçambicano, cujo avanço integrou novas áreas à administração metropolitana. Até finais da Primeira Guerra Mundial, a história colonial de Moçambique caracterizou-se por uma constante atividade guerreira, motivada pelas manobras de conquistas empregadas pelos portugueses para subjugar tribos africanas (MARQUES, A. 1998, p. 177).

Moçambique, até então considerado um território inexistente na política colonial, estava sobre domínio de vários estados africanos. Segundo Cabaço, devido às dificuldades para desenvolver a colônia, em diferentes momentos nos finais do século XIX e princípio do século XX, setores do governo português defendiam a venda do território moçambicano para que Portugal se dedicasse e desenvolvesse Angola (CABAÇO, 2009, p. 62).

### *O governador*

Mousinho de Albuquerque (1855 – 1902) foi um importante governador de Moçambique no período de 1896-1898, onde exerceu a função de comissário-régio. Ganhou fama em Portugal pela captura do imperador Gungunhana, soberano do Reino de Gaza e pela condução das campanhas de “pacificação” durante sua administração.

O seu principal escrito é *Moçambique (1896 – 1898)*, no qual relata sua administração e as medidas tomadas para o desenvolvimento da colônia. O livro se encontra dividido em diversas unidades na qual foi apresentado a condição geográfica e social da colônia, fazendo um panorama antes de sua administração e as finanças da província durante seu governo e os anteriores.

Em 13 de Março de 1896, Mousinho de Albuquerque foi nomeado, governador-geral de Moçambique, cargo que assumiu oficialmente em 21 de Maio de 1896. Mas em novembro do mesmo ano, foram-lhe dados poderes adicionais pelo governo português e o nomearam comissário régio. Mousinho aceitou o cargo, mas manteve

sua política colonial baseada na perspectiva da expansão militar (THOMAZ, 2008, p. 146), as solicitações que Mousinho geralmente direcionava a corte portuguesa respeitava o desejo de militares, poucas vezes as suas preocupações eram com políticas públicas ou assistenciais à sociedade ou ainda ao próprio desenvolvimento econômico da província (ALBUQUERQUE, 1957, p. 3-4; 33-35).

Segundo Douglas Wheeler, sua primeira tarefa como governador foi organizar um estado-maior competente e ao qual pudesse confiar a missão de levar à prática as suas ordens e promover o interesse nacional dos portugueses na colônia. No Estado-Maior fizeram parte membros mais distintos da elite colonial portuguesa da época: Eduardo Costa foi governador do distrito de Moçambique, Pereira de Eça governador do distrito de Lourenço Marques, Aires de Ornelas era chefe militar de Mousinho de Albuquerque (1980, p. 301 – 302).

Seu período de administração é dividido por alguns historiadores em duas atividades fundamentais: militar e não militar (WHEELER, 1980, p. 302). Na área militar foi o período de maior ocupação efetiva da colônia através das Campanhas de Pacificação nas áreas de fronteira. Mesmo sendo uma época de fortes campanhas militares, Moçambique só foi totalmente pacificado após a Primeira Guerra Mundial.

Segundo René Pélissier, o governo de Mousinho de Albuquerque opunha-se ao governo de Antônio Ennes<sup>2</sup> em dois pontos da maior importância: o comerciante indiano era seu inimigo, pois era um elemento desnacionalizante; as Companhias com privilégio eram ainda mais perigosas, pois introduziam o capital estrangeiro e abusavam dos seus privilégios para explorar a colônia sem proveito nenhuma para Moçambique ou para a Metrópole. (1997, p. 178).

Mesmo sendo considerado um herói nacional, Mousinho recebia severas críticas de diversos setores da sociedade portuguesa que o acusavam de fazer guerra por diversão (1957, p. 66-67). Segundo Fernanda do Nascimento Thomaz as críticas da imprensa de Portugal eram constantes e veementes, alegavam que Mousinho só fazia guerras e que o país já não podia mais com aquilo (2008, p. 147). Em sua defesa, Mousinho de Albuquerque respondia o seguinte:

Tem graça os jornais ai dizerem “basta de aventuras”. (...) Farto estou eu de agüentar agora as conseqüências de anos e anos seguidos de otimismo forçado dos governadores, encomendado para o uso da imprensa ministerial. Eu como, graça a Deus, não sou ministerial em oposição seja qual for o ministério, não preciso mentir nem embatotar por lealdade partidária. (...) Sabes bem que os nossos Ministros e a corte de altos funcionários que os cerca são uns cavalheiros Acácios e isto com acasismos perde-se. Por isso só em quem ponho a minha esperança toda é em El-Rei, porque só quando Ele disser que quer é que

---

2 Governador-geral de Moçambique de 1895 – 1896.

se fará um certo número de coisas muito necessárias aqui, mas que nada interessam às eleições e à rotação dos partidos e outras metafísicas de que nada entendo (ALBUQUERQUE, Mousinho. 1957, p. 27-29).

### *A administração de Mousinho de Albuquerque (1896 – 1898)*

Mousinho de Albuquerque ao longo do seu governo buscou maior investimento de capital nacional e avançar economicamente o desenvolvimento da colônia. Em sua obra, *Moçambique (1896-1898)*, é denunciado muitas vezes o descaso da metrópole para as colônias (1934, p. 05):

Os processos administrativos pelos quais se tem governado ou antes desgraçados as nossas colônias cifram-se em convenções e ficções [...] E nas notícias que vinham para a Europa não poucas vezes se falava em vitórias gloriosíssimas em que não havia tomado parte de um único soldado português, em auxiliares de uma dedicação inabalável que no dia seguinte eram rebeldes declarados, e patriotistas beneméritos, almas de antigos heróis em corpos tismados de bandidos pretas e mulatos, enfim, os fumos da Índia de que falava Afonso de Albuquerque. E, sobre tudo isto, muitos majores e coronéis, bastantes comendadores, inúmeros ofícios, relatórios folhudos, muita lei, muito decreto, muita portaria, muito regulamento inexequível. *Words, words, words.*

Nesta obra, *Moçambique (1896 – 1898)*, Mousinho de Albuquerque (1934, p. 263-295) esboçava alguns pontos principais para a melhoria da política financeira da colônia, que era os seguintes:

- Um correto plano dos recursos econômico-financeiros;
- Não deveria haver subvenções financeiras da metrópole;
- Os empréstimos deveriam ser aplicados no desenvolvimento de projetos, e não para perfazer os requisitos do orçamento;
- Os executivos locais, os distritos e, as províncias também deveriam viver dos seus recursos;
- Os governadores deveriam receber os poderes financeiros necessários para auxiliar a regeneração econômica de Moçambique na direção que entendessem ser certa;
- A função dos governantes deveriam ser a de obterem empréstimos.

Podemos encarar seu pensamento colonial como conservador, principalmente em questões raciais, acreditando na missão civilizadora de Portugal. Os portugueses eram uma raça superior e, na sua mentalidade, os africanos eram bárbaros selvagens opondo-se à assimilação (WHEELER, .p. 1980, p. 306).

Mousinho desejava uma política de emigração que desencorajasse a emigração de camponeses pobres e dos degradados, acreditando que se tornariam mais um problema para a colônia do que úteis para ela. Ele queria uma emigração, organizada pelo Estado, de artífices e pequenos capitalistas e não desejava continuar a baldeação de vadios, operários agrícolas e outros pobres aos quais o Estado pagava passagem desde 1891 sem sequer avisar as autoridades locais da sua chegada (ALBUQUERQUE, 1934, p. 158). Nas questões de colonização, era forte admirador do modelo de descentralização do Império Britânico, acreditava que se Portugal tivesse aplicado a autonomia financeira para suas colônias isso contribuiria para um desenvolvimento dessas economias (WHEELER, L. p. 1980, p. 307).

Defendia fortemente a manutenção da capital da colônia na ilha de Moçambique, não estava de acordo com a sua transferência para o sul, em Lourenço Marques, acreditando que a continuidade da sede administrativa da província ultramarina no norte intensificaria o desenvolvimento mais concentrado e um controle da situação na parte setentrional do rio Zambeze, onde a soberania portuguesa ainda era frágil (ALBUQUERQUE, 1934, p. 193).

Durante seu mandato, apoiou fortemente os seguintes projetos em Moçambique: beneficiação da capacidade de escoamento de mercadorias e dos transportes que serviam ao porto de Lourenço Marques; estabelecimento de postos militares no interior da colônia; aumento do imposto aos povos africanos; redução das concessões a estrangeiros e construção da linha de telégrafo e de ferrovias.

Mousinho defendia que o melhor caminho para a exploração e o desenvolvimento comercial das terras moçambicanas por Portugal seria dividir as regiões em prazos<sup>3</sup>, ficando cada arrendatário com as obrigações que têm hoje os da Zambézia e em troca delas e da renda que pague ao Governo, o direito a um certo número de dias de trabalho dos homens indígenas e com monopólio do comércio dentro do prazo (ALBUQUERQUE, 1957, p. 172).

---

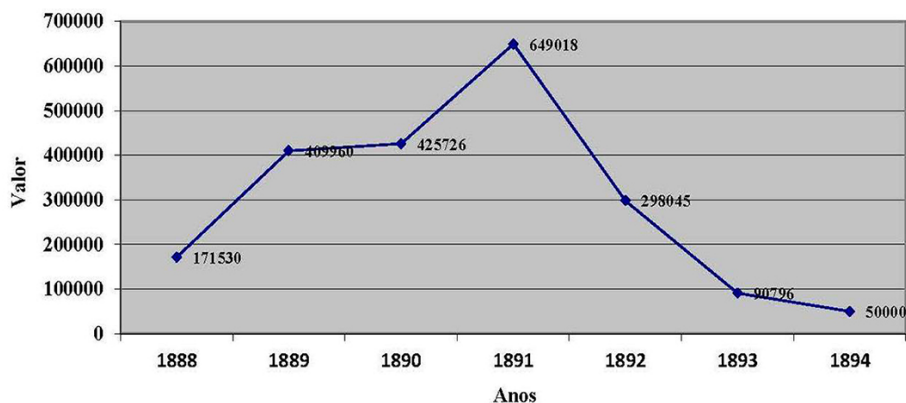
3 Os prazos eram para os portugueses as terras cedidas mediante contratos de arrendamento com base nas regras do direito romano, em contrapartida, para os africanos, eram chefias que funcionavam como uma rede complexa de relações econômica e social que tendia a aproximar os povos locais. Aos poucos, os prazos foram relacionados às riquezas das populações resultantes da interpenetração colonial que passaram a controlar grandes porções de terras, e chegaram a ser conhecidos como senhores dos prazos – donos também de um exército privado de homens locais. Nessas regiões dos prazos, os donos das terras cobravam impostos de captação, o mussoco, pago em gêneros alimentícios, cera ou marfim, entre outros, aos quadros da organização social ali existentes. THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Op. cit., p. 154-155.

Em seu relatório, *Moçambique*, Mousinho salientou o pouco investimento de Portugal feito a colônia de Moçambique nos anos anteriores a 1896. E defendeu que a ruína que se encontrava a província ultramarina era devido a falta de capital introduzido nela pela metrópole:

<b>Dinheiro enviado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar para despesas de Moçambique, 1888 – 1894 (em \$000)</b>	
<b>Anos</b>	<b>Valor</b>
1888	171.530
1889	409.960
1890	425.726
1891	649.018
1892	298.045
1893	90.796
1894 (janeiro – outubro)	50.000
<b>Soma</b>	<b>2.095.075</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. *Moçambique: 1896 – 1898*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 82.

Dinheiro enviado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar para despesas de Moçambique, 1888 – 1894 (em \$000)



Fonte: Tabela Dinheiro enviado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar para despesas de Moçambique, 1888 – 1894 (em \$000)

Pelos gráfico e tabela percebemos que os anos de 1889 até 1891 o Ministério da Marinha e do Ultramar aumentaram em 378% o investimento na colônia. Mas a partir de 1891 houve uma queda de capital enviado da metrópole a Moçambique, no ano de 1894 este déficit de recursos representou 1298% a menos do que nos três anos anteriores.

Segundo René Pélissier de todas as opiniões de Mousinho de Albuquerque em matéria econômica, os seus discípulos tentariam levar à prática uma: a conquista devia criar à colônia condições de prover às suas necessidades, e era aumentando sem cessar o número de contribuintes e de trabalhadores que os portugueses teriam de recuperar o déficit colonial apresentados em anos anteriores a administração de 1896. Ele conclui que era uma segunda viragem importante no pensamento colonial português, que se habituara às sempiternas subvenções orçamentais, ou seja, a conquista devia alimentar a conquista (1997, p. 179).

Em seu governo, Mousinho de Albuquerque equilibrou o orçamento em 3.592.234\$342 para o período de 1896 – 1898, multiplicando os impostos diretos por quatro comparados ao período de 1894 – 1895 e os impostos indiretos por dois analisando o mesmo período:



<b>Receitas de 1894 – 1897(em contos de réis)</b>		
	<b>1894-1895</b>	<b>1896-1897</b>
Impostos diretos	263.880\$000	1.199.428\$600
Impostos indiretos	680.900\$000	1.438.626\$000
Próprios e diversos rendimentos	391.100\$000	954.179\$742
<b>Soma</b>	<b>1.335.880\$000</b>	<b>3.592.234\$342</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 370.

Nos impostos indiretos calculou-se um aumento de 757.726\$000 réis sobre a verba do orçamento de 1894 – 1895, a receita efetuada em 1896 foi de 1.305.687\$999 réis (ALBUQUERQUE, 1934, p. 371).

Na mesma época ocorreu um aumento das despesas da província em 230%, na proporção do alargamento das receitas, mas pagaram-se todas sem contrair empréstimo na metrópole:

<b>Despesas de 1894 – 1897(em contos de réis)</b>		
	<b>1894-1895</b>	<b>1896-1897</b>
Despesas provinciais	526.552\$591	1.036.843\$867
Distrito de Moçambique	163.258\$187	251.385\$220
Distrito de Zambézia	253.485\$827	323.992\$150
Distrito de Inhambane	126.594\$852	187.571\$750
Distrito militar de Gaza	-	130.983\$720
Distrito de Lourenço Marques	354.006\$912	1.661.457\$635
Distrito de Cabo Delgado	28.239\$650	-
Despesas extraordinárias	102.000\$000	-
Exercícios findos	1.000\$000	-
<b>Soma</b>	<b>1.555.138\$019</b>	<b>3.592.234\$342</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 372.

Mousinho de Albuquerque assinalava que durante este período entraram nos cofres públicos da província durante esse período as somas seguintes provenientes das contribuições dos impostos diretos:

<b>Impostos Diretos cobrados na província de Moçambique, 1896 - 1897</b>				
<b>Distrito</b>	<b>Contribuição de renda de casa</b>	<b>Contribuição predial</b>	<b>Contribuição Industrial</b>	<b>Total</b>
Cabo Delgado	341\$616	856\$085	3.148\$646	4.616\$347
Chinde	-	-	-	-
Tete	198\$460	486\$500	505\$664	1.190\$624
Moçambique	1.457\$416	8.313\$873	10.080\$500	19.815\$789
Quelimane	1.714\$000	3.478\$310	12.843\$200	18.035\$514
Inhambane	989\$888	1.958\$003	10.836\$340	13.784\$231
Lorenço Marques	2.805\$149	28.260\$976	77.031\$224	108.097\$349
Angoche	181\$560	417\$600	1.116\$000	1.765\$160
<b>Soma</b>	<b>7.688\$089</b>	<b>43.771\$347</b>	<b>115.881\$574</b>	<b>167.341\$010</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 399.

Segundo Mousinho de Albuquerque, em 1894-1895 a receita da província de Moçambique representava aproximadamente 30% da receita total do Ultramar português. Em 1896 – 1897 a receita de fato cobrada é inferior em 79 contos apenas à receita total orçamentada para todas as outras colônias. A receita orçamentada de Moçambique excede a 51% da receita total das províncias ultramarinas (1934, p. 373).

Se comparar os orçamentos de 1896-1897 e 1897-1898, percebemos uma situação financeira crescente, ao menos próspera relativamente ao que acontecia anteriormente:

<b>Receitas de 1896 – 1898 (em contos de réis)</b>		
	<b>1896-1897</b>	<b>1897-1898</b>
Impostos diretos	1.199.428\$600	1.164.660\$000
Impostos indiretos	1.438.626\$000	1.489.663\$000
Próprios e diversos rendimentos	954.179\$742	1.298.495\$242
<b>Soma</b>	<b>3.592.234\$342</b>	<b>3.952.818\$242</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 374.

<b>Despesas de 1896 – 1898 (em contos de réis)</b>		
	<b>1896-1897</b>	<b>1897-1898</b>
Geral	1.458.123\$930	1.643.002\$050
Fazenda	192.209\$875	305.447\$050
Justiça	62.080\$000	63.794\$000
Eclesiástica	52.895\$500	63.121\$790
Militar	519.687\$040	863.216\$640
Marinha	309.561\$375	375.857\$265
Encargos gerais	188.198\$000	-
Despesas diversas	429.560\$710	376.097\$760
Exercícios findos	4.500\$000	9.500\$000
Imprevistos (saldos)	375.417\$912	252.781\$687
<b>Soma</b>	<b>3.592.234\$342</b>	<b>3.952.818\$242</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 375.

Mousinho de Albuquerque contava ficar governando a província em 1899, por isso montou um orçamento prevendo os gastos e a receita da província durante o ano econômico de 1898-1899:

<b>Receitas de 1898 – 1899 (em contos de réis)</b>	
Impostos diretos	1.465.556\$000
Impostos indiretos	1.361.393\$000
Próprios e diversos rendimentos	1.405.377\$000
<b>Soma</b>	<b>4.232.326\$000</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 376.

<b>Despesas de 1898 – 1899 (em contos de réis)</b>	
Geral	1.574.207\$043
Fazenda	257.636\$600
Justiça	55.110\$000
Eclesiástica	56.945\$831
Militar	986.931\$786
Marinha	598.146\$493
Encargos gerais	117.991\$000
Despesas diversas	289.796\$385
Imprevistos (saldo à disposição do governo-geral)	286.560\$862
<b>Soma</b>	<b>4.232.326\$000</b>

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 376.

Em 1896, o movimento de importação e exportação de Moçambique atingiu a importância de 5.122.353\$754 réis divididos em 4.155.623\$337 de importação e 966.730\$447 de exportação (ALBUQUERQUE, 1934, p. 183). Foi uma evolução quando comparado com 1885 (PÉLISSIER, 1934, p. 180), pois as importações quase triplicaram enquanto as exportações desceram.

Os impostos aduaneiros representavam por muito tempo a única fonte de receita de Moçambique e constituíam o seu mais importante rendimento. A pauta de 1892<sup>4</sup> eram comum a todos portos da província, exceto de Cabo Delgado, da Beira, Sofala e Chiloane e de Lourenço Marques, tributando muitos artigos até então livres.

A diferença dos direitos faz-se bem sentir no fato seguinte: em 1892, sob o regime da pauta de 1877, o movimento comercial de Moçambique fora de 1.150 contos, números redondos, e a importância dos direitos de 112 contos. Em 1893, com um movimento de 1.039 contos, a importância dos direitos pagos foi de 187 contos (ALBUQUERQUE, 1934, p. 414).

O movimento comercial e importância dos direitos cobrados nos anos de 1887-1897 nas alfândegas dos distritos de Moçambique, Quelimane e Inhambane foram de:

<b>Movimento comercial e importância dos direitos cobrados, 1887 – 1897 (em contos de réis)</b>						
<b>Ano</b>	<b>Moçambique</b>		<b>Quelimane</b>		<b>Inhambane</b>	
	<b>Valores</b>	<b>Direitos</b>	<b>Valores</b>	<b>Direitos</b>	<b>Valores</b>	<b>Direitos</b>
1887	850.661\$139	101.315\$865	706.452\$531	84.974\$310	334.701\$357	41.463\$252
1888	1.030.310\$943	120.104\$480	837.859\$556	103.627\$693	439.280\$285	58.811\$382
1889	1.148.945\$656	105.556\$274	898.552\$895	85.850\$957	546.864\$219	53.397\$300
1890	1.159.339\$139	104.397\$140	918.855\$513	96.678\$846	368.610\$731	44.447\$659
1891	1.635.742\$236	137.862\$979	1.207.323\$987	137.926\$235	265.872\$274	35.890\$525
1892	1.150.337\$232	112.203\$427	1.153.679\$668	129.816\$258	254.536\$360	32.647\$085
1893	1.039.152\$801	187.947\$624	887.401\$339	144.259\$729	307.859\$827	65.085\$724
1894	840.184\$436	179.063\$844	862.938\$724	139.391\$242	388.103\$713	64.093\$659
1895	828.380\$725	197.889\$732	846.593\$185	151.021\$905	426.730\$234	104.476\$965
1896	1.105.388\$138	182.913\$477	804.503\$596	169.519\$369	516.604\$770	140.528\$909
1897	1.461.822\$135	200.732\$460	756.073\$754	141.475\$331	401.194\$857	100.381\$004

Fonte: ALBUQUERQUE, Mousinho. Moçambique: 1896 – 1898. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934, p. 414.

4 Pauta de 1892 (10 de Maio) – introduziu alterações significativas nas tarifas. Reeditadas em 17 de junho do mesmo ano, com instruções preliminares própria, e novamente em 1907. IN: LAINS, Pedro. O protecionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização concorrencial. Análise Social. Lisboa: vol. XXIII, n. 3, 1987, p. 503.

Quando Mousinho de Albuquerque assumiu a colônia em 1896 a circulação monetária em Moçambique encontrava em completo estado de anarquia, de onde resultavam prejuízos ao comércio e ao tesouro provincial. A fim de evitar a entrada de moedas austríacas, alemãs, rupias da Índia britânica e peso mexicano que corriam em todas as províncias expediu-se uma série de portarias<sup>5</sup> dos quais influíram na circulação monetária de 1896, eram:

- Portaria Provincial, de 25 de janeiro de 1881, resolvendo que o specie thaler austríaco denominado peso Maria Teresa, continue a ser tolerado na província com o valor de 860 réis;
- Portaria Provincial, de 10 de junho de 1882, reduzindo de 920 réis a 860 réis o valor dos pesos mexicanos;
- Portaria Ministério da Marinha, de 25 de julho de 1888, proibindo o curso do peso mexicano e Maria Teresa no distrito de Lourenço Marques;
- Portaria Provincial, de 2 de agosto de 1890, proibindo a importação de rúpias e pesos não carimbados e fixando em 860 réis o valor do peso carimbado e em 380 réis o da rúpia carimbada;
- Portaria Provincial, de 16 de janeiro de 1891, fixando em 250 réis o valor da rúpia não carimbada;
- Portaria do Ministério da Marinha, de 10 de agosto de 1892, elevando de 360 réis a 450 réis o valor da rupia carimbada.

Em julho de 1898, por ordem do Ministério da Marinha e do Ultramar foram-lhe retirados os poderes extraordinários como comissário-régio e reduzidas as prerrogativas de governador-geral. Diante da situação, Mousinho de Albuquerque demitiu-se e partiu para Lisboa em agosto de 1898. Este episódio, como afirma Fernanda do Nascimento Thomaz, demonstra que, ainda no período monárquico, os conflitos foram constantes e que os interesses entre os representantes das colônias e

---

5 As portarias foram as seguintes: Decreto de 29 de dezembro de 1852; Portaria provincial de 26 de maio de 1854; Portaria provincial de 12 de junho de 1860; Decreto de 20 de agosto de 1862; Portaria do Ministério de 23 de Agosto de 1862; Portaria do Ministério de 30 de julho de 1864; Portaria do Ministério de 28 de Outubro de 1873; Portaria do Ministério de 28 de Outubro de 1873; Portaria do Ministério de 26 de dezembro de 1876; Portaria Provincial de 31 de março de 1877; Portaria provincial de 25 de janeiro de 1881; Portarias provinciais de 10 de junho de 1882; Decreto de 1 de dezembro de 1887. Portaria do Ministério de 25 de julho de 1888; Portaria do Ministério de 24 de novembro de 1888; Decreto de 22 de fevereiro de 1890; Portaria provincial de 2 de agosto de 1890; Portaria provincial de 5 de janeiro de 1891; Portaria Provincial de 11 de janeiro de 1891; Portaria do Ministério de 10 de agosto de 1892. IN: ALBUQUERQUE, Mousinho. Op. cit., p. 381-382.

Portugal não coincidiam (2008, p. 145). Na sua demissão endereçou uma carta ao seu sucessor que fazia fortes críticas as decisões tomadas pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, dizia o seguinte:

Nunca tive que me arrepender de ter sido quanto possível conciliador, até o ponto em que era preciso mostrar firmeza, e tenho a consciência de nunca haver faltado a esta enxovilhando o decoro do cargo que exercia e o brio nacional. Não devo, entretanto, ocultar a V. Ex.<sup>a</sup>. que me achei por vezes colocado em situação muito difícil, pela ignorância em que o Gabinete de Lisboa me teve sempre das negociações entabuladas com potências estrangeiras, compromissos tomados com algumas delas e relações diplomáticas com outras, cujo inteiro conhecimento era indispensável para bem orientar a política deste Governador-Geral. Neste ponto só me resta esperar que V. Ex.<sup>a</sup>. seja mais feliz do que eu e obtenha do Ministério todos os esclarecimentos de que carecer, a tempo de lhe poderem servir, o que nunca me sucedeu. Fui ter conhecimento em Lisboa de coisas que dificilmente se poderia acreditar que o Ministério me não houve comunicado, tal era a sua importância para esta Província! (...) Creio que só entre dois caminhos a seguir tem V. Ex.<sup>a</sup>, a escolha: ser simples executor das ordens do Ministério, dando-lhe as informações de molde a nunca ir de encontro às opiniões correntes lá e interesses ligados a sua administração, ou dizer-se verdadeiro sem reboço, propor o que lhe parecer melhor na consciência e não descansar nem fugir à fama do importuno e teimoso enquanto as suas propostas não tenham sido aprovadas, as suas requisições satisfeitas (ALBUQUERQUE, Mousinho.1957, p.8)

Douglas Wheeler afirma que nos seus escritos coloniais formulou uma nova imagem duma futura África Oriental Portuguesa. Mousinho visionou uma colônia próspera, baseada principalmente na riqueza agrícola, cuja economia estaria firmemente nas mãos de cidadãos portugueses e do governo. A sua maior esperança para a consolidação do domínio dos portugueses residia naquilo a que chamava nacionalização da economia de Moçambique. Acreditou que, com uma colônia próspera, Portugal poderia desfrutar de uma regeneração econômica (1980, p. 308).

Em seus escritos podemos tirar como lição a partir de suas ações em Moçambique o seguinte (ALBUQUERQUE, 1934, p. 192): se Portugal não estabelecesse imediatamente uma eficiente administração e um efetivo controle sobre a colônia, as potências coloniais dos territórios vizinhos poderiam tomar conta da colônia. Segundo Douglas Wheeler, para se tomar juízo a respeito da administração de Mousinho de Albuquerque devemos levar em conta, pelo menos, quatro fatores essenciais: a política da metrópole relativa à atividade colonial (1896 – 1902); a sua reputação como militar; as suas ideias reformadoras e os obstáculos que se levantaram ao seu sucesso em Moçambique e que poderiam ter desencorajado qualquer administrador (1980, p. 304).

Segundo Fernanda do Nascimento Thomaz, Mousinho buscava se situar ou pensava ser possível se situar fora do governo metropolitano, à margem de seus

interesses e tentações, ainda que com o objetivo explícito de influenciar a tomada de decisão do soberano sobre a política colonial, ou seja, desprezava a política metropolitana partidária, mas tentava uma política direta que rendesse frutos (2008, p. 150).

René Pélissier assegura que Mousinho de Albuquerque foi coerente ao equilibrar as finanças da sua colônia a fim de dispor de meios para a conquistar. Além disso, ao moralizar e reforçar a administração esteve sempre presente no espírito a lancinante ameaça da desnacionalização, isto é, da espoliação pelas potências estrangeiras. No ano de 1898, em que a Alemanha e a Inglaterra se entendiam secretamente para repartir entre si a África portuguesa, a partida deste governador marcou bem o princípio de uma nova era (1934, p. 181).

### *Considerações Finais*

O colonialismo europeu do século XIX passou por uma forte transformação, Portugal não passou imune destas mudanças. Sendo um país fortemente agrícola, diferente das demais potências do período que haviam passado pela industrialização, ele teve um grande desafio para acompanhar os demais países na corrida imperialista.

Moçambique adentra nas preocupações coloniais lusa após o incidente do *ultimatum*. Até então era um território ignorado dentro da dinâmica colonial portuguesa. Para desenvolver seu território e ocupá-lo efetivamente foi um grande desafio para Portugal.

Nos últimos anos do século XIX, esse desafio de transformação da colônia de Moçambique foi aceito por um dos seus governadores-gerais: Mousinho de Albuquerque. Guiado pela antiga mentalidade colonizadora que se perpetuou ao longo dos séculos na sociedade lusa, Mousinho buscou rápidas melhorias na administração do território moçambicano.

A administração de Mousinho de Albuquerque visou à conquista e integração de territórios para a soberania portuguesa, melhorias das receitas da província (evitando a contratação de empréstimos para a metrópole) e um rearranjo econômico que resultou nas melhorias da balança econômica de Moçambique.

Sendo fruto de uma sociedade que acreditava em sua tarefa colonizadora, Mousinho de Albuquerque representou a mentalidade conservadora e missão civilizadora de sua época.

*Recebido em fevereiro de 2013, aprovado em maio de 2014.*

## Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Cartas de Mousinho de Albuquerque ao Conde de Arnoso*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações do centenário de Mousinho de Albuquerque, 1957.
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Moçambique: 1896 – 1898*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934.
- ALEXANDRE, Valentim. *Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global. Pénelope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALMEIDA, Pedro R. *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Cadernos para o Diálogo, 1971.
- LAINS, Pedro. O protecionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização concorrencial. *Análise Social*. Lisboa: vol. XXIII, n. 3, 1987.
- MARQUES, A H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. Vol II. Lisboa: Palar Editores, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARTINS, F. A. Oliveira. *O Ultimatum visto por António Enes (com um estudo biográfico)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918*. Lisboa: Estampa, 1997. v. 1.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918*. Lisboa: Estampa, 1997. v. 2.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.
- RAMOS, Rui. “Um novo Brasil de um novo Portugal: A história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX”. *Penélope*, 23, 2000.



REGO, Antônio da Silva. *O ultramar português no século XIX*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1966, 188-189.

REIS, Jaime. *“A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870 – 1913”*. *Análise Social*. Lisboa: v. 23, n. 96, 2004.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.

WHEELER, Douglas L. *“Joaquim Mousinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo”*. *Análise Social*. Lisboa, v. 16, n. 61-62, 1980.

## ARTIGO

# AVALIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DE SEUS *STAKEHOLDERS*: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE RECICLAGEM

### Resumo

O objetivo é analisar a percepção dos stakeholders com relação às atividades executadas pela COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba, um empreendimento econômico solidário localizado no interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Como estratégia de pesquisa utilizou-se um estudo de caso. Foram realizadas observações e entrevistas não estruturadas com os cooperados, em que foram identificados os principais stakeholders da cooperativa em estudo, com isto, utilizou-se como instrumento de pesquisa um roteiro de entrevista para descrever o relacionamento e avaliação dos stakeholders em relação à COOREPA. Foram descobertos alguns problemas estruturais como: a ausência de coleta seletiva no município, a falta de maquinário e de uma sede própria. Faz-se necessário expor que a coleta seletiva é uma responsabilidade do poder público. Mesmo com tais dificuldades, o resultado do trabalho da cooperativa é positivo.

### Palavras-Chave:

Economia Solidária; Cooperativa de Reciclagem. Stakeholders; Avaliação da Percepção.

### Abstract

*The aim is to analyze the assessment of stakeholders in relation to activities undertaken by COOREPA - Cooperativa Recicla Paranaíba, a supportive economic enterprise located in the state of Mato Grosso do Sul. This is a qualitative research, exploratory and descriptive. Research strategy used a case study. Observations were made and unstructured interviews with the members, which identified the main stakeholders in the cooperative study, thus, was used as a research tool an interview script to describe the relationship and assessment of stakeholders regarding COOREPA. Some structural problems were discovered as the absence of selective collection in the city, the lack of machinery and its own headquarters. It is necessary to expose the selective collection is a responsibility of government. Even with these difficulties, the result of the work of the cooperative is positive.*

### Keywords:

*Solidarity Economic. Recycling Cooperative. Stakeholders. Assessment.*

\* Formanda pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

\*\* Acadêmica do Curso de Administração, pela UFMS/CPAR (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

\*\*\* Mestre em agronegócios (2006), doutorado em administração pela UNINOVE (universidade Nove de Julho).

\*\*\*\* Doutora em Psicologia (USP-RP). Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

## Introdução

Com o intuito de dar uma destinação correta ao número crescente de resíduos sólidos se fortalece o trabalho das cooperativas de reciclagem, fato este que é reforçado na Política Nacional de Resíduos Sólidos pela Lei Federal nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Fica clara a importância desse agente econômico, bem como o apoio do poder público, das organizações e da comunidade, apresentados como corresponsáveis pela geração e destinação correta dos resíduos sólidos. Estes corresponsáveis são entendidos, neste trabalho, como *stakeholders*, uma vez que estes são pessoas, instituições, empresas dentre outros que influenciam direta ou indiretamente nas ações de uma determinada organização.

Os *stakeholders* são fundamentais para o constante funcionamento de uma cooperativa de reciclagem, pois são eles que ajudam em doações de materiais, divulgações institucionais e auxiliam em sua gestão. Diante deste contexto surge o seguinte problema de pesquisa: Como os *stakeholders* avaliam a atuação de uma cooperativa de reciclagem? As cooperativas de reciclagem têm como principal intuito gerar renda aos cooperados, por meio da coleta, da triagem, do processamento e da comercialização de materiais recicláveis.

Sendo assim, o objetivo geral do artigo é analisar a percepção dos *stakeholders* em relação às atividades desenvolvidas por uma cooperativa de reciclagem. Especificamente pretende-se: 1) Identificar os principais *stakeholders* na visão dos cooperados; 2) Analisar o relacionamento desses *stakeholders* com a cooperativa; e 3) Descrever a avaliação dos *stakeholders* em relação à atuação da cooperativa de reciclagem.

## Revisão

Neste tópico são discutidos teoricamente economia solidária, cooperativa de reciclagem, *stakeholders* e avaliação.

### *Cooperativa de Reciclagem como um Empreendimento Econômico Solidário*

A economia solidária passa a existir para indivíduos que se encontram marginalizados na sociedade (SINGER, 2006). O conceito de economia solidária reflete sobre as ações realizadas nos grupos locais com o intuito de se autogerir para diminuir problemáticas sociais (FRANÇA FILHO, 2002). Para a fundação desse tipo de organização é necessário criar um processo de aprendizagem coletiva; os sócios

fazem cursos relacionados ao cooperativismo e de preparação profissional (SINGER, 2006). Para Vieira e Ricci (2008) o objetivo primordial da economia solidária é organizar empreendimentos econômicos com o intuito de surgir alternativas de trabalho e renda, para os envolvidos. De acordo com Moura e Meira (2002) o empreendimento econômico solidário pode-se admitir um formato de cooperativa. As cooperativas podem ser organizadas como união de trabalhadores ou profissionais diferentes, que se unem por iniciativa própria (TACHIZAWA, 2010).

As cooperativas de reciclagem se inserem no contexto de economia solidária com o intuito de gerar renda, trabalho, inclusão social e sustentabilidade. Para seu funcionamento efetivo, necessita-se de pessoas geradoras de resíduos tais como: empresas, indústrias, donas de casa e domésticas para que se possa separar o material reciclável (ARAÚJO; SILVA, 2011). A implantação de uma cooperativa de reciclagem segundo Rosa, Tureta e Brito (2006) possui vantagens como: gerar renda; economizar recursos naturais; preservar o meio ambiente; diminuição de gastos públicos e resgate de autoestima do indivíduo, tornando-o agente do meio ambiente.

Araújo e Silva (2011) afirmam que as cooperativas de reciclagem atuam na coleta seletiva, na triagem, na classificação e no beneficiamento dos materiais; com isso, diminui os impactos gerados na exploração de recursos naturais por meio da coleta e separação do lixo orgânico do lixo seco (material reciclável). Lechat et al (2007) declara que, sendo necessária à lucratividade dentro de uma cooperativa para garantir a sustentabilidade no empreendimento, uma das originalidades é estar no mercado sem ter lucro a qualquer preço. Assim, tornando-o um movimento social para um novo marco legal. A formação de cooperativas de reciclagem em várias regiões do país tem sido objetos de estudos que apresentam a importância da ação para mitigar o impacto ambiental dos resíduos sólidos urbanos, por meio do trabalho de coleta seletiva de lixo (LEITE, 2009).

Uma cooperativa de reciclagem deve possuir um alicerce em bases concretas de solidariedade, cooperativismo, democracia, capacidade de se autogerir, pois em suas relações interpessoais haverá conflitos e tensões, no qual tudo deverá ser superado para o desempenho da produtividade e do bem comum (ARAÚJO; SILVA, 2011). As cooperativas de reciclagem são empreendimentos solidários populares que dependem de apoio constante para o seu crescimento: a conscientização da população, a educação ambiental nas escolas, as separações e doações de materiais recicláveis, a coleta seletiva, o auxílio na gestão administrativa, financeira e produtiva da cooperativa, são alguns dos inúmeros afazeres. Por este motivo, é de fundamental importância a presença de *stakeholders* nos empreendimentos solidários.

## *Stakeholders e Avaliação do Empreendimento*

Fernandes (2012) explica em seu artigo que a primeira vez em que o termo *stakeholder* foi utilizado em 1960 no “*Stanford Research Institute*”, 24 anos após com a pesquisa de Edward Freeman, teve popularidade tanto no meio acadêmico quanto no meio empresarial. O termo *stakeholder* foi criado para definir como sendo qualquer indivíduo que seja afetado, ou possa ser afetado, pelo desempenho de uma empresa. Inserem-se os *stakeholders* internos (como os colaboradores), os *stakeholders* da cadeia de valor (os fornecedores e os consumidores) e os *stakeholders* externos (comunidades, investidores, ONGs, órgãos públicos, regulamentadores, imprensa – e até as futuras gerações, que podem ser afetadas pelo desempenho da empresa) (SAVITZ, 2007).

Conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (2008), os *stakeholders* ou partes interessadas, são públicos importantes com interesses pertencentes à companhia, que assumem algum tipo de risco, em face da sociedade. São estes: acionistas, colaboradores, comunidade, consumidores, fornecedores, governos e organizações não governamentais. Completando, Araújo, Mendonça e Mariani (2010, p. 06): “Os *stakeholders* assumem um papel relevante junto à organização na avaliação dos projetos socioambientais desenvolvidos”. Goldschmidt (2009) declara que *stakeholders* são indivíduos de perfis divergentes, com necessidades divergentes.

Para completar tal colocação Azevedo e Pedrozo (2009) afirmam que os *stakeholders* possuem noção necessária para entender e avaliar as mudanças ou problemas ambientais no mundo; possui ciência para lidar com as tomadas de decisões. Silveira, Yoshinaga e Borba (2005) apresentam em seu artigo que os acionistas não fazem parte dos *stakeholders*, no qual de acordo com Campos (2003) tais acionistas são chamados de *shareholders*.

Savitz (2007) ainda declara que, outros *stakeholders* influenciam de forma diferente no mundo dos negócios. Os consumidores votam com o dinheiro, decidindo comprar em outro estabelecimento, quando se sentem ofendidos, ou promovendo a empresa pela propaganda boca a boca quando a considera defensora de seus valores. Os fatores que determinam a relevância dos *stakeholders* em três partes são: o poder, significando a força que pode impor sobre outros indivíduos; a urgência, significando quando o relacionamento entre as partes há uma natureza sensível ao tempo exigindo atenção imediata; e a legitimidade, que é a percepção aceita que as ações sejam desejáveis ou dentro de uma norma, crença ou leis da empresa (NORO et. al, 2010).

O ponto inicial é classificar os *stakeholders* em três tipos: os que estão dentro da empresa (internos), aqueles que negociam (cadeia de valor) e os que se estão fora da empresa (externos, principalmente os clientes). Conforme Rocha e Goldschmidt (2010) o que leva as organizações a envolverem seus *stakeholders* em suas ações são: (1) Identificar as demandas de públicos relevantes; por possuírem maior conhecimento em relação às ações da empresa; Antecipar e gerir conflitos; (2) Facilidade na obtenção de informações no ambiente interno e externo para melhor tomada de decisão; (3) Gerenciamento de consenso com relação a opiniões divergentes; (4) Melhoria na compreensão de ameaças e oportunidades, verificando opiniões de pessoas do ambiente externo da organização; (5) Criação de laços de confiança entre empresa e *stakeholders*.

Por meio de uma pesquisa empírica realizada pelos autores Azevedo e Pedrozo (2009) elencaram-se algumas dimensões fundamentais para cada ação desenvolvida pelo *stakeholder*: a) Convenções opinião e inspiração; b) Convenção industrial; c) Convenção cívica; d) Convenção doméstica; e) Convenção mercantil. Apesar do enfoque dos autores serem os *stakeholders* do agronegócio com relação aos efeitos climáticos, neste trabalho usam-se as dimensões de forma genérica.

A avaliação de projetos (*Assessment*) pode ser conceituada como um processo sistemático de delineamento, obtenção e fornecimento de informações úteis ao julgamento de alternativas de decisão sobre determinado objeto. O papel fundamental da avaliação é provocar mudanças, construir momentos reflexivos que permitam aos indivíduos a análise da realidade e dos fatos, para daí direcionarem suas ações, aprendendo pela experiência (MARINO, 1998). Segundo Bose, Fedato e Medonça (2003), sobre a avaliação de projetos socioambientais pelos *stakeholders*, afirmam que os processos organizacionais são enriquecidos quando há o envolvimento de diferentes atores e a preocupação em se criar um sistema diversificado de indicadores, combinando conceitos, meios de coleta e responsáveis diferentes. Os processos avaliativos precisam apresentar uma abordagem pluralista, que envolva aspectos qualitativos e quantitativos e considere os diferentes *stakeholders* envolvidos.

Para avaliar é necessário classificar os *stakeholders*, definir quais são os mais relevantes para a organização, e assim, os que estiverem no foco, podem influenciar as decisões empresariais em relação aos projetos socioambientais. Desta forma, os projetos desenvolvidos são mais assertivos e mais facilmente percebidos pelas partes interessadas. O empresariado, entretanto, segundo Peliano (2001), está principalmente preocupado em garantir a utilização de seus investimentos (e não a alocação correta). Acompanhamento dos projetos e avaliação do desempenho destes são essenciais

para a correção de erros que surgem na implementação; para o enfrentamento de problemas externos que interferirem no andamento do projeto; para o redimensionamento de metas; e para o conhecimento de impactos e resultados.

### *Método de Pesquisa*

Com o propósito de atender os objetivos do artigo foi realizada uma pesquisa empírica, a pesquisa se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Acevedo e Nohara (2009) a pesquisa exploratória proporciona maior entendimento do que se está investigando, para permitir que o pesquisador descreva de forma sucinta o problema. Para Vergara (2005) a pesquisa descritiva não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. O trabalho realizado é de caráter qualitativo que, de acordo com Godoy (1995) deve proporcionar características como considerar o ambiente como meio direto aos dados, o principal instrumento é o pesquisador, ter foco nos fenômenos e na apresentação dos dados finais.

A estratégia de pesquisa é um estudo de caso. Como metodologia de pesquisa, o estudo de caso é utilizado para fornecer conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados (YIN, 2010). Escolheu-se realizar o estudo na COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba, a relevância deste caso se dá uma vez que é a única cooperativa de reciclagem registrada na OCB/MS (Organização de Cooperativas do Brasil de Mato Grosso do Sul), o empreendimento em parceria com a UFMS/CPAR (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Câmpus de Paranaíba) recebeu, em 2011, o Prêmio Santander Universidade Solidária.

Os primeiros dados da pesquisa foram coletados por meio de observação e entrevista não estruturada com os cooperados, para saber quais são os *stakeholders* da COOREPA. De acordo com a opinião dos cooperados identificaram-se os sujeitos da pesquisa (Quadro 1):

## SUJEITOS DA PESQUISA

- 1) A secretária municipal do meio ambiente, que representa a Prefeitura Municipal de Paranaíba, no qual incentiva e apoia todas as ações da cooperativa;
- 2) O coordenador de projeto de extensão, docente na UFMS/CPAR, que se envolve com a COOREPA desde sua implantação;
- 3) Uma aluna da UFMS/CPAR participante do projeto de extensão, o coordenador e o acadêmico, participantes do projeto, foram responsáveis pela implantação e atualmente auxiliam nos processos administrativos e financeiros, desenvolvendo empoderamento dos cooperados;
- 4) O principal comprador de materiais recicláveis; e também importantes fornecedores de materiais recicláveis, mas o único entrevistado foi o comprador principal (a REPRAM – Reciclagem e Preservação Ambiental Ltda.) como o representante de compradores, pois além de comprar o material da cooperativa (ele compra a maior parte da produção), emprestam o maquinário para incentivar o crescimento da COOREPA;
- 5) Uma dona de casa;
- 6) Um empresário do comércio local;
- 7) Uma indústria, e
- 8) Um órgão público.

Quadro 1: Sujeitos da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores

A dona de casa, o empresário local, uma indústria e um órgão público são representantes de suas classes na comunidade de Paranaíba, sensibilizada pela iniciativa da cooperativa em gerar renda aos cooperados e trazer melhorias para o meio ambiente. Ressalta-se que mais dois sujeitos foram identificados como *stakeholders* (o técnico da OCB/MS e o supervisor do Prêmio Santander), estes foram apontados na opinião dos cooperados, por serem especialistas em cooperativas para dar auxílio e conselhos na gestão da COOREPA para um desenvolvimento significativo, mas infelizmente não puderam contribuir para esta pesquisa.

O instrumento utilizado para a coleta de informações junto aos sujeitos listados foi um roteiro de entrevista, conforme Richardson (1999) esta é denominada também, como entrevista em profundidade a fim de obter do entrevistado o que ele considera importante em determinados assuntos. Com base na literatura definiram-se dez categorias, seis destas que tratam do relacionamento dos *stakeholders* com a COOREPA (Quadro 2):



## CATEGORIAS DE ANÁLISE

- 1) Relacionamento inicial com a cooperativa, com o intuito de saber quando e como foi o primeiro contato e, como é o relacionamento nos dias atuais;
- 2) Identificação das necessidades da COOREPA, saber se os *stakeholders* possuem conhecimento do que a cooperativa necessita e se auxiliam para suprir essa necessidade;
- 3) Influências, essa categoria tem como propósito indagar se a COOREPA influencia seus *stakeholders* ou se é influenciada por eles;
- 4) Benefícios ao se envolver com a cooperativa, busca encontrar quais são os benefícios em ajudar à cooperativa e se essa ajuda pode fazer com que permaneça ativa;
- 5) Possíveis parcerias, na opinião dos entrevistados, se para a cooperativa permanecer ativa necessita de parcerias, quem são e de que seriam;
- 6) Suporte da COOREPA, esta categoria tem a finalidade de descobrir se os *stakeholders* possuem o conhecimento de quem dá suporte à cooperativa; e as demais que tratam da avaliação na perspectiva dos *stakeholders*;
- 7) Avaliação de implantação da cooperativa, tem como finalidade saber o julgamento dos *stakeholders* sobre a implantação da cooperativa em estudo;
- 8) Impactos positivos e negativos, descobrir quais são os impactos positivos e negativos que a COOREPA causa através de suas ações socioambientais;
- 9) Avaliação de pontos fortes e fracos, há o intuito de expor de acordo com os entrevistados quais são os pontos fortes e fracos da cooperativa; e
- 10) Avaliação das atividades da COOREPA, a intenção conhecer na visão dos *stakeholders* como é avaliada as ações da cooperativa no município.

Quadro 2: Categorias de análise

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados coletados na entrevista foram analisados de acordo com o conteúdo. Roesch (2009) afirma que análise de conteúdo permite que o pesquisador capture as perspectivas dos respondentes. Minayo et al (1994) completa que, refere-se a constatações de hipóteses, descobrir o que está por trás dos conteúdos do estudo, indo além das aparências. Para Severino (2007) a análise de conteúdo é uma metodologia no qual se trata os discursos de diferentes linguagens: corporal, gestual, oral com imagens; trata-se de compreender o sentido manifesto ou oculto da comunicação.

## *Apresentação e Análise dos Resultados*

Nesse tópico são apresentadas as percepções dos *stakeholders* em relação à COOREPA. Antes de iniciar as análises é importante contextualizar as características da cooperativa em estudo. A COOREPA foi inaugurada em junho de 2010, com o apoio do Banco do Brasil, Prefeitura Municipal, SEBRAE em conjunto com a UFMS/CPAR, para beneficiar a comunidade gerando trabalho e renda e melhorando a gestão dos resíduos sólidos no município.

O SEBRAE, o Banco do Brasil e a UFMS/CPAR foram fundamentais para seu ingresso no mercado; pois durante as reuniões que prolongaram aproximadamente 10 meses anteriores a inauguração foram ministrados cursos profissionalizantes sobre como funciona e se desenvolve uma cooperativa, como trabalhar com materiais recicláveis. Além disso, a UFMS/CPAR auxilia a cooperativa em questões administrativas, financeiras e produtivas, cadastra projetos que concorrem a prêmios e reconhecimento.

### *4.1. Stakeholders da COOREPA*

A primeira categoria a ser estudada, Relacionamento Inicial, apresenta as percepções sobre como ocorreu o primeiro contato inicial entre a cooperativa e seus stakeholders e como é atualmente o relacionamento entre as partes. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Banco do Brasil e a Universidade se uniram para viabilizar a formalização e a inauguração de uma cooperativa de reciclagem, mas a idealização do empreendimento partiu do Banco do Brasil, por meio do Programa DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável no qual dá o apoio necessário para a implementação de projetos sociais com foco na geração de renda e sustentabilidade. Os demais stakeholders, passaram a se relacionar com a COOREPA a partir do momento que tomaram conhecimento de suas atividades ou por visitas in loco, por meio de telefone e principalmente pela divulgação na rádio local (principal veículo de comunicação do município). Destacam-se duas respostas que expressão estas relações:

Houve um convite da Prefeitura municipal e do Banco do Brasil para que a UFMS/CPAR participasse do projeto de implantação de uma cooperativa de reciclagem [...]. A universidade assumiu o compromisso de se reunir mensalmente com os interessados em se cooperarem, desde então a universidade mantém contato direto com a COOREPA (Coordenador).

Ficamos sabendo da existência da cooperativa pela rádio. Eu pedi para alguém ligar, pois teve uma época em que havia muitos papelões [...], um representante da COOREPA veio e combinou que passaria a coletar os materiais de duas a três vezes na semana (Responsável pela limpeza do Órgão Público).

Foi questionado aos stakeholders se estes possuem o conhecimento de quais são as demandas da COOREPA, quais são suas necessidades e se o seu relacionamento com a COOREPA supre algumas delas (Categoria 2: Necessidades da COOREPA). As necessidades fundamentais da cooperativa, na visão dos stakeholders são a obtenção de equipamentos para a produção, mais caminhões para a coleta dos materiais e o terreno próprio. Com relação aos processos de gestão, a universidade visualiza a necessidade de que os cooperados precisam ampliar as relações de solidariedade e cooperação, começando a se tratar como iguais, mas respeitando uma hierarquia na qual eles mesmos elegeram como seus representantes legais, pois se percebe que a diretoria não exerce liderança entre os outros cooperados. Alguns stakeholders, dentre eles o Responsável pela Limpeza do Órgão Público, REPRAM, Indústria e Don de Casa, afirmaram não saber ao certo quais são as necessidades e demandas da COOREPA. Portanto, pode-se concluir que somente os stakeholders diretamente ligados à cooperativa, conhecem suas reais necessidades e demandas. Eis as principais afirmações que expressam estes conteúdos:

Bom, não sabemos especificamente quais são as demandas da cooperativa, mas ouvimos muito na rádio sobre a necessidade de se ter uma esteira, um caminhão, seu terreno próprio, mas ajudamos somente na doação de materiais (Responsável pela limpeza do Órgão Público).

Nossa, inúmeras. Principalmente quanto à gestão de pessoas. Enquanto as pessoas que ali trabalham não começarem a se respeitarem como iguais, mas em um nível de hierarquia, respeitando o trabalho do outro, pensando em fazer o seu, as coisas dificilmente mudarão. Outro problema é com relação a coleta seletiva, sendo esta obrigação do município, devendo a cooperativa cobrar do próximo prefeito que seja estipulada uma cláusula no novo processo de licitação quanto a isso.[...] (Aluna).

Godoy (2005) afirma que para uma cooperativa permanecer ativa, necessita de uma estrutura física de no mínimo 400 m<sup>2</sup>, para agregar valor no material produzido e para uma melhor condição de trabalho aos cooperados. Faz-se necessário também obter esteiras, prensas, balanças e mesas de separação. De acordo com um relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, 2006) apenas 7% das cooperativas no vinculadas ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis apresentam as condições adequadas de infraestrutura, com

equipamentos e galpão próprios. É importante destacar, como aponta Pimenteira (2000, p. 13) com relação aos meios de locomoção para a coleta seletiva, “no Brasil, a responsabilidade de coletar lixo é da Prefeitura, e a de dispor lixo é do Estado”. Um caso que não ocorre no município de Paranaíba-MS.

A terceira categoria de análise Influências foram levantadas quais as atividades em que a COOREPA influencia nos stakeholders e quais aquelas são influenciadas por eles. Nesta categoria, a cooperativa sofre influencia dos stakeholders por meio da doação de materiais recicláveis, e principalmente pelo auxílio que a universidade oferece à COOREPA nas atividades relacionadas à gestão do empreendimento. A COOREPA influencia financeiramente alguns stakeholders (pela compra e venda de materiais recicláveis), e, em grande parte, no sentido de promover a qualidade de vida da comunidade, além de auxiliar na preservação do meio ambiente e melhorar a renda de seus cooperados e familiares. Neste sentido destacam-se três respostas:

A universidade influencia principalmente nas atividades de gestão (administração, pessoas e produção), em contrapartida é influenciada pelas atividades da cooperativa no sentido de conscientizar alunos e professores, ser um espaço de aprendizado e contribuir para que a universidade cumpra o seu papel social (Coordenador).

Não exercemos nenhuma influência sobre qualquer atividade da COOREPA. Somos influenciados na medida em que compramos junto à mesma, alguns itens de recicláveis que industrializamos em nossa planta (REPRAM).

A influência que temos sobre a cooperativa é a contribuição com a manutenção da mesma que precisa desse material e somos influenciados a reafirmarmos a visão da empresa quanto ao cuidado com o meio ambiente e a preocupação em destinar corretamente o nosso descarte de forma a minimizar o impacto no meio ambiente (Indústria).

Para maior entendimento, a REPRAM acredita não influenciar a cooperativa, mas influencia muito, torna-se importante à existência deste comprador, uma vez que esta indústria é a maior do estado de Mato Grosso do Sul e por ser dentro do estado não existe a cobrança do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços e as transações são mais vantajosas para a cooperativa. Por estes motivos, sem este grande comprador no estado, a cooperativa não teria para quem vender a maior parte do material que produz, por um preço mais atrativo e, também não teria como produzi-lo, pois o comprador empresta equipamentos a COOREPA.

Outra contradição presente na resposta deste importante comprador, que não percebe a influencia que exerce nas atividades da cooperativa recai sobre o fato de que, praticamente todos os processos desde a coleta até a triagem estão submetidos

ao tipo de material que a empresa compra e também aos preços que ela paga. De acordo com Magera (2005), a grande maioria das cooperativas não consegue colocar seus produtos a preços competitivos no mercado devido ao fato das grandes indústrias que compram materiais recicláveis serem poucas e exigirem grandes volumes para negociarem. Assim acontece a dinâmica da exploração, na qual as cooperativas ficam submetidas ao domínio dos sucateiros e das indústrias controladoras do setor da reciclagem.

Para complementar as repostas dos *stakeholders*, conforme Ribeiro et al (2010), as cooperativas de reciclagem trazem vantagens como lucros financeiros e geração de renda, ocasiona inclusão social aos cooperados, traz também ganhos para as gerações futuras para que possam usufruir da natureza com a preservação do meio ambiente.

Perguntou-se aos stakeholders se ao ajudar a COOREPA são beneficiados de alguma forma e se acreditam que suas ações podem manter a cooperativa ativa (Categoria 4: Benefícios ao se envolver com a cooperativa). Os benefícios segundo eles são pertinentes ao aspecto socioambiental, ou seja, ao social, ao econômico e ao ambiental; o primeiro está relacionado à doação de materiais, a população possui o princípio de ajudar os cooperados a obterem um trabalho digno; o aspecto econômico está interligado com as vendas dos materiais recicláveis, obtendo uma relação comercial, para sua geração de renda; e por fim, o último aspecto trata-se da preservação ambiental para o usufruto das gerações futuras. Apresentam-se as repostas em destaque:

Sim, criamos a COOREPA e somos beneficiados por ela, na coleta de materiais recicláveis; para não poluir e nem degradar o meio em que vivemos. Quando separamos, estamos beneficiando a cooperativa e o meio ambiente. E essa ação ajuda a cooperativa a viver e sobreviver ativamente (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).

[...] fazemos para ajudar, acredito que minha ação pode ajudar a COOREPA a permanecer ativa, pois se cada um fizer a sua parte, doando os materiais, a cooperativa vai ter sua geração de renda além de ajudar o meio ambiente (Dona de Casa).

Ribeiro et al (2010) apresenta que na Constituição de 1988, consagrou-se no art. 225 (assuntos relacionados ao meio ambiente) que todos possuem o direito de viver em um ambiente ecologicamente em equilíbrio (trata-se de um bem comum do povo), com prioridade em qualidade de vida; impondo ao Poder Público preservar o meio ambiente para as futuras gerações. Chenna (2001, p. 80) completa: “Não estamos fazendo um favor para os catadores e eles não estão fazendo nenhum favor para a cidade: é uma relação de cidadania, de convivência social de necessidade de busca de soluções alternativas”.

Na quinta categoria, *Possíveis Parcerias* questiona-se aos *stakeholders* sobre suas percepções a respeito da permanência das atividades da COOREPA e se para tal ela necessita de mais incentivos e parcerias, se sim, quais são essas possíveis parcerias e de que natureza seriam tais incentivos. Todas as respostas apontam a necessidade que a cooperativa possui para conquistar seus objetivos e ideais, por depender de doações e auxílios financeiros de *stakeholders* diretos e indiretos, para sua sobrevivência. Segue adiante três importantes respostas:

A cooperativa precisa de incentivos e parcerias para continuar ativa, é sabido que empreendimentos econômicos solidários dependem de suportes externos. Penso que os atuais parceiros devem fortalecer seu papel junto à cooperativa, em especial a Prefeitura Municipal (Coordenador).

Sim, acredito que as mídias (rádio e jornal) deveriam divulgar mais esse trabalho tão importante para a comunidade, à prefeitura deveria disponibilizar recursos para melhorar a coleta, até mesmo aumentar o número de caminhões e as empresas poderiam ser parceiras contribuindo com o seu material reciclável (Indústria).

Sim. A COOREPA precisa de todos os incentivos e parcerias, do apoio da Prefeitura, Secretarias do município, da Justiça, do Banco do Brasil, do Banco Santander, da UFMS e da sociedade em geral. Toda ajuda é sempre bem vinda, até que caminhem com sua própria independência, ou seja, que venha a ter sua estrutura social e econômica. Mas, precisam sempre das doações de recicláveis da população (Secretaria Municipal de Meio Ambiente).

Godoy (2005, p. 45) conclui que: “A viabilidade das cooperativas de catadores de materiais recicláveis depende também de parcerias. O investimento necessário para que uma cooperativa entre em funcionamento requer um capital não disponível por seus associados”. É importante ressaltar que as parcerias entre a COOREPA e seus *stakeholders* são fundamentais para a sustentabilidade do empreendimento. No entanto, os parceiros envolvidos devem priorizar a autogestão do empreendimento em contraposição às ajudas paternalistas e assistencialistas.

Segundo Magera (2005) sem a adoção de uma estratégia nacional que abranja aspectos econômicos, políticos e sociais, as cooperativas, bem como seus associados, continuarão a depender de entidades sociais, religiosas, governamentais e não governamentais, reproduzindo a matriz paternalista geradora de empregos sem qualificação e não alterando as condições de exclusão dos catadores e, muito menos, resolvendo os problemas do lixo no país.

Na sexta categoria *Suporte da COOREPA*, o intuito era de saber se os *stakeholders* possuíam o conhecimento de quem são as pessoas, organizações, instituições e/

ou órgãos que apoiam à COOREPA. O resultado dessa categoria foi que, alguns respondentes não possuíam conhecimento dessas informações, por não estarem dentro de algumas ações específicas da cooperativa, por este motivo, os *stakeholders* que possuem esse conhecimento, convivem diretamente com a COOREPA. Eis as principais afirmações:

Que eu saiba é a UFMS, a Prefeitura Municipal, o Banco do Brasil e o Santander pelos prêmios (Dona de Casa).

A Universidade (UFMS/CPAR), OCB-MS, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Banco do Brasil, Unisol, Rotary, REPRAM, empresas e indústrias locais e donas de casa (comunidade) (Coordenador).

Não saberia informar (Indústria).

Considerando a classificação de Azevedo e Pedrozo (2009) cada *stakeholder* está interligado com alguma das dimensões utilizadas como base. Dentro das dimensões citadas (Convenções opinião e inspiração; Convenção industrial; Convenção cívica; Convenção doméstica; e Convenção mercantil) existem subtópicos, nos quais algumas das dimensões serão estudadas com profundidade são elas:

A *Convenção cívica*: i) posicionam-se conectadas a valores de sensibilização socioculturais como preocupações ambientais; ii) estruturam uma relação econômica fundamentada na sustentabilidade com a utilização de certificações ambientais; iii) estabelecem conceitos universais por meio de princípios de desenvolvimento sustentável.

A *Convenção doméstica*: i) exibe relação de confiança e fidelidade entre os stakeholders; ii) precisão de se ajudarem sobrevêm os aspectos econômico por inúmeras causas, como a sobrevivência do sistema natural.

E por fim, a *Convenção mercantil*: i) Possui causa econômica em alguns *stakeholders* participativos, na razão de busca da matéria-prima de organizações, nos quais são os recursos naturais, alicerce de seus produtos e sobrevivência.

A secretária municipal de meio ambiente, o docente coordenador do projeto de extensão e o acadêmico participante do projeto; fazem parte da convenção doméstica em que há uma relação de confiabilidade e fidelidade; no qual a secretaria e a universidade dão suporte na conscientização e força nas necessidades da COOREPA. O principal comprador de materiais é um *stakeholder* da dimensão denominada convenção mercantil, pois mantém somente relações comerciais, influencia na sobrevivência da cooperativa.

A dona de casa, o órgão público, o empresário local e a indústria são pertencentes à dimensão cívica, porque eles se mobilizam ao doar os recicláveis a COOREPA, principalmente para melhorar a renda e qualidade de vida dos cooperados e familiares além de preservar o meio ambiente. Finalizar este parágrafo com alguma frase enfocando os papéis de cada um e a necessidade de uma maior interligação dos *stakeholders*.

### *Avaliação dos Stakeholders*

Foi indagado aos stakeholders como estes avaliam a implantação da cooperativa no município de Paranaíba-MS (Categoria 7: Avaliação de Implantação da cooperativa). Conforme todas as respostas, a implantação da COOREPA foi de extrema importância, pois se revela um grande passo para a mudança, com o propósito de implantar no município o aterro sanitário. Levanta-se a principal resposta:

Importantíssima à implantação da COOREPA, os resíduos sólidos é um problema a ser solucionado em qualquer município, Paranaíba-MS tem um agravante que é o lixo a céu aberto, o que reforça o papel da cooperativa (Coordenador).

Interrogou-se sobre os aspectos positivos e negativos que a cooperativa influencia em relação à questão socioambiental (*Categoria 8: Impactos positivos e negativos*). Nesta categoria fica evidente que os impactos causados pela COOREPA de forma negativa, de acordo com os *stakeholders* são inexistentes, mas em contrapartida, os impactos positivos são inúmeros como, por exemplo, a valorização dos recicláveis, a inclusão social, e a preservação ambiental. Eis as principais afirmações:

Sem dúvida, dar dignidade e formalizar a situação de pessoas com baixo nível socioeconômico, promovendo a junção de forças das mesmas, ainda mais numa atividade que colabora e muito com a sustentabilidade; não enxergamos pontos negativos numa situação dessas (REPRAM).

Em termos positivos vemos o lixo ter um destino adequado e o começo de um novo hábito na comunidade em fazer a separação do lixo em suas casas, escolas e instituições em geral, mudando assim a visão e a atitude sobre o lixo (Indústria).

Demajorovic, Besen e Rathsam (2006, p. 01) relatam que “a valorização dos produtos recicláveis pode ser interpretada como um fato positivo, na medida de em que comprova a ampliação e a potencialidade do mercado de recicláveis no país”. Para complementar, Araújo e Silva (2011) afirmam que uma cooperativa de reciclagem



promove inserção social aos cooperados, oferecendo oportunidade de emprego e renda digna, reutilizando material além de retirar do meio ambiente este que delonga sua decomposição e causa poluição.

Na análise da nona categoria *Avaliação de pontos fortes e pontos fracos* foi investigado a respeito de como os *stakeholders* apontam os pontos fortes e os pontos fracos da cooperativa. Como resultado, houve semelhanças e disparidades nas respostas, mas estão interligadas a problemas estruturais. Em seus pontos fortes tratam-se da própria instalação da COOREPA no município, as grandes parcerias, a educação ambiental em conjunto com as crianças realizada nas escolas, nos pontos fracos, destacaram-se a falta da sede própria, ausência de maquinários e caminhões para a coleta, falta de divulgação, traz como consequência a desmotivação (por conta da baixa renda), e a grande dificuldade da universidade em implantar a autogestão dos cooperados. Por este motivo apresentam-se três respostas que expressam estes conteúdos:

Em pontos fortes: a COOREPA já está implementada e possui parceiros. Os pontos fracos, acredito que seja a desmotivação e baixa renda (Aluna).

O ponto forte é a conscientização nas escolas, junto aos alunos [...]Os pontos fracos são a demora em coletar o material e a falta de divulgação, pois as pessoas deixam de separar por não saberem o quê e como separar para a doação (Responsável pela Limpeza do Órgão Público).

Como pontos fortes são: parcerias importantes, regularidade junto aos órgãos superiores (burocracia), o comprometimento dos cooperados com a COOREPA e esta por ser a única cooperativa de produção do estado que está quite com a OCB. Com relação aos pontos fracos: a dependência de alguns parceiros, o não alcance da autogestão em termos gerais e a falta de empoderamento da diretoria (Coordenador).

Para entender melhor, Ribeiro et al (2010) confirma a resposta de um dos *stakeholders*, que a educação ambiental promovida para a conscientização da população é um dos aspectos fundamentais para que todos saiam ganhando, pois preservam o meio ambiente por meio das ações conscientes da sociedade, em prol das gerações futuras. Na última categoria *Avaliação das atividades da COOREPA*, indagou-se aos *stakeholders* como é avaliado o trabalho executado pela cooperativa, e solicita também para que considerem quais são as atividades realizadas de acordo com seus conhecimentos. Foi feito isto nas demais categorias. Destacam-se as seguintes afirmações:

O trabalho da cooperativa é fundamental para o município, pois se houvesse a coleta seletiva no município, grande parte do material seria reutilizado e deixado de ser levado para o lixão, evitando um problema ambiental; além de ajudar as pessoas a terem uma renda, mesmo que baixa, mas pelo menos trabalham em um lugar mais digno. Que é o lado social (Aluna).

Devido à distância, temos dificuldade de avaliar o trabalho da cooperativa, não temos informações para isso (REPRAM).

Consideramos um trabalho muito importante uma vez que, tanto nas empresas quanto na sociedade, a preocupação com o meio ambiente, e com as formas de diminuir o impacto ambiental é constante, e se faz necessário um melhor aproveitamento dos materiais descartados e que podem ser reaproveitados diminuindo a quantidade de lixo dispensado (Indústria).

Na visão da REPRAM, não há como avaliar as ações da cooperativa por conta da distância, mas sua avaliação pode ser de aspectos como a quantidade e a qualidade do material na qual a COOREPA produz.

De forma geral, a avaliação dos *stakeholders* sobre a implantação da COOREPA e de suas atividades, foram positivas apesar dos percalços encontrados. O fato de somente ter se implantado uma cooperativa no município, na visão dos entrevistados foi um grande passo para uma mudança significativa na comunidade. No entanto é importante destacar, que apesar dos inúmeros benefícios advindos da organização formal dos catadores estes vivenciam grandes contradições no seu dia-dia.

Como afirma Magera (2005), a grande maioria destas cooperativas vivencia um paradoxo da ecomodernidade, uma vez que a realidade destes empreendimentos econômicos solidários, revestidos pelo manto da legalidade, é marcada por diferentes nuances de exploração e de precarização das condições e relações de trabalho. Assim, faz-se necessário e urgente que as políticas públicas de fomento a economia solidária, direcionadas ao fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, analisem as inúmeras contradições vivenciadas no dia-dia das cooperativas e adotem medidas integradas que priorizem a melhoria da infraestrutura da produção, a qualificação profissional e a superação das barreiras mercadológicas.

### *Considerações Finais*

O presente estudo teve como objetivo principal a analisar a percepção dos *stakeholders* com relação às atividades da COOREPA, por este motivo foi elaborado um referencial teórico com abordagem em economia solidária, cooperativa de reciclagem e *stakeholders*. A COOREPA é uma cooperativa de reciclagem que foi implantada em Paranaíba-MS em 2010, possui como principal objetivo oferecer trabalho e gerar renda aos seus cooperados por meio do exercício das funções de coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis.

Para realizar a pesquisa identificaram-se alguns *stakeholders* da COOREPA a fim de levantar dados a respeito da avaliação destes sobre as ações da cooperativa. Cada *stakeholder* possui um papel importante em relação à COOREPA por este motivo, foram utilizadas as dimensões dos autores Azevedo e Pedrozo (2009) para descobrir quais eram a classificação do papel de cada um. O fato de a cooperativa estar instalada e atuando no município gerou muita satisfação por parte dos entrevistados, porém, o descontentamento está relacionado com o modo em que ela exerce suas atividades, pois os *stakeholders* acreditam que somente um caminhão não é o suficiente para coletar os materiais de toda a cidade; outro grande problema é a falta de conscientização da população, no qual se trata de uma consequência da falta de divulgação da cooperativa perante a sociedade. É importante ressaltar que a coleta seletiva, por lei é de responsabilidade do poder público.

Os *stakeholders* mais próximos a COOREPA (Secretaria de Meio Ambiente e o pessoal da universidade) possui o conhecimento das necessidades reais de que a cooperativa precisa. De acordo com a própria universidade a ausência de liderança traz muitos conflitos desnecessários; outra divergência se dá por não ter um local próprio (pois o local em que a COOREPA se encontra é emprestado), falta de maquinário, e o principal como já havia relatado anteriormente: a falta de caminhões. Mas este problema, não é da cooperativa; a coleta por lei é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, para que o material reciclável seja devidamente remanejado para um local apropriado, e o restante do lixo para o aterro sanitário; mas infelizmente a lei não está sendo cumprida.

Aos dois anos de existência da cooperativa, na visão dos *stakeholders* muita coisa terá que ser melhorada; seja nos problemas estruturais ou no aumento de novos parceiros; de modo geral, a COOREPA está superando suas dificuldades e conquistando aos poucos o seu espaço. Este estudo está limitado ao estudo de caso, COOREPA, desta forma os dados não podem ser generalizados. Para estudos futuros seria interessante a utilização de grupo focal como método de coleta de dados, assim os *stakeholders* avaliariam a COOREPA em uma dinâmica mais integradora e abrangente.

*Recebido em janeiro de 2013, aprovado em março de 2014.*

## Referências Bibliográficas:

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. *Monografia no curso de Administração*: guia completo de conteúdo e forma. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, G. C.; MENDONÇA, P. S. M.; MARIANI, M. A. P. Avaliação de projetos Socioambientais na Perspectivas dos Stakeholders. In: BATISTA; C. K. L.; ARAÚJO, D. A. C. *Educação, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável*, 2010. Birigui: Editora Boreal.

ARAÚJO, G. C.; SILVA, M. A. C. Economia Solidária e Meio Ambiente: desenvolvimento sustentável a partir de uma cooperativa de reciclagem. In: PRADO, A. M.; BATISTA, C. K. L.; ARAÚJO, D. A. C.; SOUZA, J. A. *Práxis Educacional, Direitos Fundamentais e Política*, 2011. Curitiba: Editora CRV.

AZEVEDO, D. B.; PEDROZO, E. Á. Diálogos entre Stakeholders em Redes de Organizações de Agronegócios na Busca da Mitigação dos Efeitos Climáticos. In: ENCONTRO DA SOBER – Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 47, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BOSE, M.; FEDATO, C.; MENDONÇA, L. R. Monitoramento de projetos sociais: um desafio para as alianças intersetoriais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. *Anais*. Atibaia: ANPAD, 2003.

BRASIL, *Lei nº 12.305*, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis*, 2006.

CAMPOS, T. L. C. *Administração de Stakeholders*: uma questão ética ou estratégica. 2003. Disponível em: <<http://www.iceg.pucminas.br/apimec>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

CHENNA, S. I. M. Lixo: gestão integrada e compartilhada – manejo diferenciado, 2001. In: SEMINÁRIO LIXO E CIDADANIA: região do grande ABC: Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, 1, 2001. *Anais*. Grande ABC, 2001.

DEMAJOROVIC, J.; BESEN, G. R.; RATHSAM, A. A. Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado. In: ANPPAS, 2, 2006. *Anais*. 2006.

FERNANDES, C. M. *Comunicação – Stakeholders*. 2012. Disponível em: <<http://archive.feedblitz.com/233686/~3859281>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor Economia social, Economia Solidária, Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: *Bahia Análise & Dados*. Salvador. SEI. v.12. n.1 p. 09-19. Jun. 2002.

GODOY, A. S. A Pesquisa Qualitativa e sua Utilização em Administração de Empresas. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.4, p. 65-71, jul/ago 1995.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abr. 1995.

GODOY, T. M. P. *O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis – Uso e Contradições*. 2005. 163f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2005. UNESP: Rio Claro, 2005.

GOLDSCHMIDT, A. Engajamento com stakeholders e o relatório de sustentabilidade. In: ROCHA, T.; GOLDSCHMIDT, A. *Gestão dos Stakeholders: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa e seus públicos de interesse*. 2010. São Paulo: Saraiva.

GOLDSCHMIDT, A. Stakeholders: como interagir com tantos públicos diferentes. 2009. *Gestão Pública & Desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.clebertoledo.com.br/blogs/gestaopublica>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ISE. *Índice de Sustentabilidade Empresarial*. BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

LECHAT, N. M. P.; RITTER, C.; LEMES, F. R. M.; SHIRMER, T. *Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Noroeste do Rio Grande do Sul*. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2042>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

LEITE, P. R. *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MAGERA, M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade – análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. 2. Ed. Campinas: Átomo, 2005.

MARINO, E. *Manual de Avaliação de Projetos Sociais*. São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1998.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; MOURA, M. S.; MEIRA, L. *Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários*. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/iciepa/unpan005467.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

NORO, G. B.; BECKER, D. V.; BECKER, R. C.; SUPLITZ, C. C.; ABBADE, E. *Sustentabilidade: uma visão baseada em stakeholders*. Disponível em: <[www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/Cneg6/anais/T10\\_0258\\_1174.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/Cneg6/anais/T10_0258_1174.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2011.

OCB/MS, Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso do Sul. *Censo Cooperativismo Sul-Mato-Grossense 2010*. 2011.

PAULA, M. B.; SOUZA-PINTO, H.; SOUZA, M. T. S. A Importância das Cooperativas de Reciclagem na consolidação dos Canais Reversos de Resíduos Sólidos Urbanos Pós-consumo. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 13, FGV/ EAESP: São Paulo, 2010. *Anais eletrônicos*. FGV: São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/E2010\\_T00221\\_PCN41182.pdf](http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00221_PCN41182.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2011.

PELIANO, A. M. T. M. *Bondade ou Interesse? Como e por que as empresas atuam na área social*. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2001.

PIMENTEIRA, C. A. P. *Aspectos socioeconômicos da gestão de resíduos sólidos o subsídio dado as cooperativas de catadores na cidade do Rio de Janeiro*. 2000. 92f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, J. A.; ALBUQUERQUE, J. L.; SILVA, D. M. C.; NAVAES, A. M.; CALDAS JÚNIOR, G. C. A Reciclagem como uma Ação Econômica, Social e Ambiental: a experiência da associação dos agentes de reciclagem do Ipojuca- PE. Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, *Anais eletrônicos*. Campo Grande – MS, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/663.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágio, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M. J. Resíduos Sólidos e Políticas Públicas: reflexões acerca de uma proposta de inclusão social. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*. Lavras. v. 8. n.2. p. 257-267. 2006.

SAVITZ, A. W. *A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, A. M; YOSHINAGA, C. E.; BORBA, P. R. F. Crítica à Teoria dos Stakeholders como função-objetivo corporativa. In: *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo: vol. 12, n.1, p. 33-42, jan/mar 2005.

SINGER, P. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. 2006. Disponível em: <<http://www.livrariacultura.com.br/imagem/capitulo/492335.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

TACHIZAWA, T. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, M. L. M.; DOMÊNICO, S. M. R. Fator Humano: uma visão baseada em stakeholders. IN: HANASHIRO, D. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCAR, L. M. (orgs.). *Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, A. C. M.; RICCI, F. Cooperativas Populares de Reciclagem e a Articulação entre Geração de Renda, Reciclagem e Gestão Ambiental. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, AEDB: Rio de Janeiro, 2008. *Anais eletrônicos*. AEBD: São Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos08/275\\_275\\_Cooperativas\\_Populares\\_de\\_Reciclagem\\_-\\_Seget\\_2008.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos08/275_275_Cooperativas_Populares_de_Reciclagem_-_Seget_2008.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2011.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## ARTIGO

# DIÁLOGO NOITE ADENTRO: A ANTROPOLOGIA E O DIREITO A PARTIR DA SITUAÇÃO DE CONTATO

### Resumo

Este trabalho tem o intuito de iniciar uma reflexão teórica acerca do diálogo entre a Antropologia e o Direito, tendo em vista que esta aproximação transformou-se no mais ousado plano de energização dos direitos dos povos indígenas por meio da produção de laudos antropológicos para subsidiar decisões judiciais envolvendo questões complexas motivadas pela relação de contato. Diante dessa complexidade insurgente, o magistrado passa a encontrar nessa relação interdisciplinar o norte para a adequada compreensão da lide e aplicação do direito, conforme os parâmetros estabelecidos pela carta de Ponta das Canas. Trata-se de um estudo norteador que fomenta o debate acerca da recente aproximação entre a Antropologia e o Direito a partir da reflexão sobre as primeiras discussões teóricas no campo da etnologia no Brasil, dando ênfase a teoria de aculturação (SCHADEN, 1969), de fricção interétnica (OLIVEIRA, 1981) e ao perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), que de certo modo, servem de pano de fundo para a compreensão da configuração de toda uma conjuntura social complexa que desembarcou na necessidade de produção de laudos periciais.

### Palavras-Chave:

Antropologia; Direito; Laudos antropológicos.

\* Mestrado em Literatura Brasileira pelo Programa de Pós graduação em Literatura da Universidade de Brasília.

\*\* Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

\*\*\* Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima.

### Abstract

*This paper aims to initiate a theoretical reflection on the dialogue between anthropology and the law, given that this approach has become the boldest plan energizing the rights of indigenous peoples through anthropological reports to support decisions involving complex legal issues motivated by the relationship of contact. Given this complexity insurgent, the magistrate shall find this interdisciplinary relationship north to the proper understanding of the dispute and application of the law, according to the parameters established by the letter of Ponta das Canas. It is a guiding study that fosters debate about the recent rapprochement between anthropology and the right from the reflection on the first theoretical discussions in the field of ethnology in Brazil, emphasizing the theory of acculturation (SCHADEN, 1969), of interethnic friction (OLIVEIRA, 1981) and Amerindian perspectivism (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), which in a way, serve as a backdrop for understanding the configuration of a whole complex social situation that landed on the need to produce expert reports.*

### Keywords:

*Keywords: Anthropology; Law; Anthropological Reports.*



## Introdução

Este trabalho tem o intuito de iniciar uma reflexão teórica, mesmo que em um caráter ensaísta, acerca do diálogo entre a Antropologia e o Direito, tendo em vista que esta aproximação se transformou no mais ousado plano de energização dos direitos dos povos indígenas por meio da produção de laudos antropológicos para subsidiar decisões judiciais, envolvendo questões complexas motivadas pela relação de contato.

Diante dessa complexidade aparente, o magistrado passa a encontrar na relação interdisciplinar o norte para a adequada compreensão da lide e a aplicação do direito, conforme os parâmetros estabelecidos pela carta de Ponta das Canas<sup>1</sup>. Trata-se de um estudo norteador que fomenta o debate acerca da recente aproximação entre duas disciplinas aparentemente distintas.

De um lado, a Antropologia, que em sua gênese tem sido analisada a partir do olhar da denúncia, sob a acusação de que a disciplina esteve a serviço do colonialismo e da expansão do capitalismo, conforme assevera Sigaud (2002). Mas que na atual conjuntura é vista sob o olhar do engajamento, em virtude de defender a bandeira das minorias, sobretudo por meio do que podemos chamar de Antropologia da Ação, apresentado por Oliveira (2004).

De outro lado, o Direito, uma entidade formal edificada originariamente sobre os pilares do Normativismo Jurídico de Hans Kelsen, que entende o Direito enquanto um conjunto de normas, na qual o ordenamento jurídico está baseado em uma lógica formal pautado na interpretação fiel da lei escrita, cujo poder hermético é de domínio do Estado (DINIZ, 2005).

O presente esforço intelectual, pautado na edificação de *know-how* voltado para a compreensão do efetivo processo de aproximação entre as áreas do conhecimento em referência, aparentemente distintas, justifica-se pela própria necessidade de entender a forma como se iniciou e desenvolveu a interação dotada de óbices, na qual insere o antropólogo em um verdadeiro “campo minado repleto de contradições e ambiguidades”, conforme certifica Baines (2004, p. 38).

Além do mais, por meio de uma pesquisa bibliográfica em acervos literários e em revistas, constatou-se certa carência de produção preocupada diretamente em

---

1 Documento de trabalho desenvolvido na oficina sobre Laudos Antropológicos, que aconteceu entre os dias 15 a 18 de novembro de 2000, em Ponta das Canas, Florianópolis, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia e organizada pela NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da UFSC, com o apoio da Fundação FORD.

construir e contextualizar esse caminho. O máximo que podemos identificar são menções indiretamente citadas em referência à temática ora em análise.

Nesse sentido, uma questão paira no ar: quais as principais variáveis responsáveis pela fermentação do diálogo entre o Direito e Antropologia, diante das dinâmicas das relações entre povos de etnias distintas inseridos numa relação de contato, nas últimas décadas, que culminaram em uma intensa produção de laudos antropológicos?

Neste ensaio, conforme denunciado nas primeiras linhas que antecedem este parágrafo, abordaremos, por uma questão didática e estratégica, a noção social do direito de Miguel Reale, relacionando-a a visão antropológica acerca da relação de contato, evidenciando, assim, possíveis elos ideológicos e elementos-chave responsáveis pelo *boom* do referido diálogo.

Em seguida, apresenta-se uma reflexão acerca das primeiras discussões teóricas no campo da etnologia no Brasil, dando ênfase a Teoria de Aculturação (SCHADEN, 1969), de Fricção Interétnica (OLIVEIRA, 1981) e ao Perspectivismo Ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) que, de certo modo, servem de pano de fundo para a compreensão da configuração de toda uma conjuntura social complexa que desembarcou na necessidade de produção de laudos periciais.

E por último, aborda-se resumidamente o *mix* entre Antropologia e Direito, em nome do laudo antropológico, enquanto peça de complementaridade mútua em prol da defesa dos povos indígenas<sup>2</sup>, bem como se evidencia o laudo antropológico como instrumento de compreensão, isto é, como pedra angular para a fundamentação em meio ao processo judicial, com base - sobretudo - no que preceitua a Carta de Ponta das Canas.

### *Direito e Antropologia em comento a partir das similaridades conceituais.*

Quando se pensa em direito enquanto fenômeno social e histórico, é metodologicamente correto ampliar o quadro, de modo a esclarecer o sentido histórico e epistemológico do referido termo antes mesmo de compreender suas partes mais íntimas.

Conforme Diniz (2005, p. 03), “todo conhecimento jurídico necessita do conceito de direito.” Em outras palavras, a autora entende que a conceituação acerca da noção do Direito deve ser encarada como um esquema prévio, isto é, um ponto de vista atrelado ao pensamento que se dirige à realidade.

---

2 Em conformidade com o propósito do art. 231, da Constituição Federal do Brasil de 1988.

O sentido proposto neste plano se refere à visão antropologizante do Direito aplicado a uma realidade específica. Collier (1995) observa que essa discussão antropologizante em torno da conceituação do Direito ocorria principalmente entre Malinowski e Radcliffe-Brown. Por um lado, conforme Collier (1995), Malinowski entendia que em todas as sociedades, inclusive as ditas “primitivas”, existia o Direito, e mesmo onde não existia leis escritas era possível perceber normas jurídicas.

Por outro lado, Radcliffe-Brown compreendia que em nem todas as sociedades existia o Direito. Mas de acordo com Collier (1995), essa visão do autor é justificada pela forma como o mesmo definia o Direito, isto é, como controle social através da aplicação sistemática da força de uma sociedade politicamente organizada.

Desse modo, Collier (1995) aduz que distintos entendimentos sobre o Direito acarretava distintas soluções as perguntas metodológicas encarregadas em descobrir se os conceitos desenvolvidos pelos juristas ocidentais para analisar o Direito de sociedades com leis escritas e cortes formais podiam ser utilizados para analisar os sistemas jurídicos de todos os povos.

Para ampliar as discussões, Reale (2002) sugere uma noção primária acerca da conceituação do termo “direito”, ou seja, nas palavras do pensador “o direito é lei e ordem, isto é, um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um de seus membros” (REALE, 2002, p. 01).

Observa-se que nessa própria tentativa conceitual resumida da circunvizinhança em tela, pode-se destacar uma palavra-chave que servirá de elo para uma abordagem mais próxima aos limites da fronteira conceitual da Antropologia. Trata-se da expressão “social” que obrigatoriamente nos leva a esticar nossa visão epistemológica.

Na atual conjuntura, não se deve mais entender o Direito apenas enquanto conjunto de regras e comandos em sua forma bruta e absoluta.

Reale (2002) compreende que o Direito hoje deve ser tratado em um sentido mais amplo, tendo em vista sua estreita relação com o social, isto é, com a sociedade e seus processos culturais, enquanto promotora de práticas de convivência ordenada. Desse modo, o Direito - enquanto uma realização de convivência ordenada - está inserida em uma dada sociedade.

Nesse sentido, o reconhecimento da existência de práticas jurídicas no seio de um aglomerado de pessoas se faz extremamente necessário, pois, segundo Reale (2002), não é possível imaginar qualquer evento coletivo sem a presença de um con-

junto de regras dispostas e obedecidas pelos seus entes. Seguindo essa linha de raciocínio, não é adequado também pensar em direito sem a existência de uma sociedade compostas por várias subjetividades, isto é, intersubjetividades.

É em virtude do exposto que o autor em referência entende o Direito como um fato social<sup>3</sup>. Conforme as próprias palavras de Reale (2002, p. 02), “o direito é, por conseguinte, um fato ou fenômeno social; não existe senão na sociedade e não pode ser concebido fora dela. Uma das características da realidade jurídica é, como se vê, a sua socialidade, a sua qualidade de ser social”.

Essa qualidade em comento é parte integrante e essencial da Antropologia, enquanto área do conhecimento atrelada ao campo social, que hoje se tornou oficialmente a porta voz das minorias, sejam elas étnicas, raciais, entre outros.

Em outras palavras, acredita-se no senso comum e na própria academia que a Antropologia é a grande defensora dos povos indígenas. De certo modo, podemos aduzir que a Antropologia, enquanto área do conhecimento, não necessariamente surgiu com esses princípios em favor da defesa dos grupos em questão, mas se desenvolveu pautado nessa filosofia. De acordo com Baines (2004, p. 37), “a antropologia no Brasil tem uma longa tradição do estudo de situações de contato interétnicos, (...) e uma tradição de compromisso com os povos indígenas”.

O mérito em buscar auxílio do antropólogo está mais nas técnicas desenvolvidas e aperfeiçoadas pela ciência, do que pela tradição dos estudos interétnicos. É em virtude desse conjunto de conhecimento técnico adquirido que o antropólogo é solicitado por diferentes instituições do Poder Judiciário para produzir laudos voltados para o esclarecimento de casos judiciais, cuja finalidade é oferecer subsídios e apoio técnico aos Operadores do Direito para que julguem de maneira, minimamente, equânime as lides do processo que envolve idiosincrasias étnicas (ALMEIDA *apud* BAINES, 2004).

---

3 Fato social é utilizado neste trabalho enquanto uma categoria de análise desenvolvida por Émile Durkheim, e posteriormente tratado por Marcel Mauss como fato social total, para indicar todos aqueles eventos que “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1990, p. 03).

*O caráter teórico-metodológico da etnologia brasileira: do perspectivismo a noção de fricção interética e aculturação.*

A discussão a respeito do processo de consolidação da Antropologia enquanto ciência nos leva a refletir sobre a maneira como se fez e como ainda se faz Antropologia nos dias de hoje. Analisando esse processo à luz de autores como Schaden (1969), Oliveira (1981) e Viveiros de Castro (2002), percebemos que as concepções antropológicas podem variar de acordo com as correntes de pensamentos presentes em diferentes escolas existentes no universo acadêmico da etnologia brasileira.

Dessa forma, a abordagem teórico metodológica da pesquisa de campo reflete esse pluralismo, por meio da práxis, no seio das reflexões antropológicas formuladas em diferentes âmbitos.

A Antropologia, desde muito cedo, se dedicou aos estudos das relações sociais dos chamados “grupos primitivos”, se preocupando em entender o processo político, a religião, as regras que regem as interações internas e os sistemas simbólicos, entre outros (LAPLANTINE, 2003).

Esses estudos foram facilitados pela adoção da pesquisa de campo que, via de regra, oportunizou o aprofundamento do conhecimento do pesquisador. A literatura existente aponta para Bronislaw Malinowski como sendo um dos pais da pesquisa *in loco*, tendo em vista que “foi o primeiro a conduzir cientificamente uma experiência etnográfica, isto é, em primeiro lugar, a viver com as populações que estudava e a recolher seus materiais de seus idiomas” (LAPLANTINE, 2003, p. 60-61).

Contudo, o modo de realizar o trabalho em campo, ou melhor, as metodologias adotadas na pesquisa se diversificaram desde então, e resultou na fabricação de novos paradigmas. Hoje em dia pesquisadores como Viveiros de Castro (2002) defende uma abordagem antropológica diretamente distinta das anteriores. O autor preconiza a não conceituação - *a priori* - do objeto a ser estudado, pois o ser enquanto antropólogo deve perceber as subjetividades de cada um.

Em outras palavras, o sujeito é dotado de ideias diferentes das do pesquisado, pois os conceitos, as atitudes, os costumes são distintos. Segundo Viveiros de Castro (2002, p. 04), “a maneira de se fazer pesquisa antropológica não levava em consideração o sujeito enquanto um ser capaz de formular sua própria visão de mundo”. O antropólogo deveria ter em mente que “um outro mundo seria possível” além do seu próprio mundo, pois “o ser humano, tal como o imaginamos, não existe”.

O desafio proposto pelo autor é exatamente o de não ver o índio a partir de uma visão antropológica, mas sim por meio do olhar do próprio ser analisado, res-

peitando as suas próprias ideias e visão de mundo. Trata-se de não “tomar os povos indígenas como criaturas do olhar objetivante do Estado Nacional, duplicando-se na teoria a assimetria política entre os dois pólos” (VIVEIROS DE CASTRO, 1999).

Nesse sentido, observa-se que Viveiros de Castro estava preocupado genuinamente com a revelação das “dimensões internas” da história dos povos indígenas, diferentemente da lógica de Roberto Cardoso de Oliveira, que estava inserido na escola do contato interétnico. De acordo com Oliveira (1981), a fricção interétnica seria o contato entre grupos tribais e sociedade ocidental, caracterizado por seus aspectos competitivos e conflituais.

Resumidamente expondo a teoria da fricção interétnica surge para romper, sobretudo, no contexto da etnologia brasileira, com a visão da teoria da aculturação, que por muito tempo predominou e serviu como pedra angular na iniciação dos estudos e discussões no campo etnológico. De acordo com Schaden (1969, p. 05), aculturação pode ser definida como as “transformações sofridas pelas culturas indígenas após a chegada dos europeus (...) processo de desagregação e de desintegração que de longa data se vinha desenrolando”.

Sendo assim, a noção de aculturação supracitada é combatida pela escola da etnologia do contato interétnico, que passa a entender a cultura nessa situação de contato enquanto um processo, cuja dimensão tradicional é passível de mudança, mas a identidade permanece. Nessa perspectiva, tendo por base essa breve reflexão acerca do caráter teórico-metodológico da etnologia brasileira, é que iniciaremos a terceira parte de nossa textualização.

### *Antropologia e o Direito: a complementaridade no diálogo com base na Constituição de 1988*

A Antropologia é uma das poucas áreas do conhecimento capaz de fornecer as ferramentas necessárias para a constituição de um saber que leve em consideração as verdades e razões de cada povo, de acordo com as crenças, costumes e idiosincrasias de cada sociedade analisada. É por esses e outros fatores que podemos explicar as possíveis razões da intensa aproximação do Direito com a Antropologia nas últimas décadas.

A partir de um determinado momento houve a necessidade de uma análise antropológica no que tange aos fenômenos jurídicos. A pesquisa de campo e os estudos de caráter antropológicos se tornaram “figurinhas” presentes em diversas instituições jurídicas. Hoje é comum tanto o Ministério Público Estadual – MPE

como o Ministério Público da União - MPU solicitar um profissional da Antropologia para desenvolver perícias em determinadas circunstâncias, resultando em laudos com intuito de elucidar situações, as quais fogem a seara dos Operadores do Direito e, nisso é que consistem umas das principais importâncias do antropólogo, pois se inicia um diálogo entre esses dois campos, como forma de ampliar e reconhecer o direito de cada povo.

De acordo com Evangelista (2004, p.33), a ampliação e reconhecimentos de direitos fizeram parte da luta pelo restabelecimento democrático na política brasileira. Ao refletir sobre esta conquista se deve ter em mente que os direitos não podem ser pensados de nenhuma forma como absolutos e, por isso, devemos entendê-los como suscetíveis a mudanças, pois, conforme preceituado no primeiro capítulo deste ensaio, o Direito é entendido como fato, sobretudo, como constructo social.

Desse modo, com a intensificação das manifestações dos povos envolvendo questões jurídicas em virtude da situação de contato, houve por parte dos órgãos jurídicos uma preocupação maior em tentar interpretar os fatos decorrentes de modo plausível para ambas as partes envolvidas em determinada lide.

Sendo assim, o Direito ousou em iniciar um intenso diálogo com outras áreas do conhecimento, mais especificamente com a Antropologia enquanto detentora de técnicas de estudo e interpretação diferenciada. Nas palavras da coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público da União, tratando sobre a atuação dos antropólogos no MPU:

Na perspectiva do membro do Ministério Público, quando ele se aproxima do antropólogo, quer na verdade o profissional capaz de resolver alguns problemas que nós, profissionais do Direito, não sabemos resolver. Que respostas queremos? Que diga para nós, juristas, quem é índio, quem é remanescente de quilombo, que calcule os impactos culturais de uma obra projetada ou calcule os danos culturais causados por determinada obra, por determinada atividade. Queremos também que o antropólogo nos apresente alternativas de projetos de desenvolvimento para grupos étnicos desestruturados. Queremos também que o antropólogo diga como é que nós devemos tratar os casos de divisões internas, de conflitos, em quem que se deve acreditar, quem devemos ouvir, o que devemos fazer, e queremos uma orientação com relação aos conflitos externos, como se situar, como fazer articulações para superar esses conflitos (CASTILHO, 2005, p.55-56).

Assim, a Antropologia, por meio de um olhar apropriado, é dotada de capacidades interpretativas e contextualizantes que leva em consideração a cultura, os costumes, as crenças e verdades de cada povo, em conformidade com o propósito do dispositivo constitucional, artigo 231. Essas qualidades são levadas em conta quando os conflitos passam a envolver questões culturais em diferentes âmbitos.

Segundo Oliveira (2007), a Constituição Brasileira é clara em seus diversos dispositivos ao reconhecer o caráter multiétnico da sociedade e a conceber direitos coletivos à terra de coletividades culturalmente diferenciadas, de maneira específica, aos povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombolas. Seguindo essa linha de raciocínio, pensadores como Shirley (1987), utilizam-se de categorias de análises pautados nas dicotomias “sociedade simples” *versus* “sociedade complexas”<sup>4</sup> para compreender a lógica das dinâmicas sociais estabelecidas nas diferentes realidades culturais.

Para o autor supracitado, nas sociedades ditas “complexas” existem leis, regras e normas positivadas, enquanto que nas “sociedades simples”, apesar da ausência de um Estado aos moldes do Ocidente, são permeadas de leis, regras e normas não tipificadas, mas que mesmo assim são capazes de atender aquela realidade social tanto quanto nas complexas, mantendo, dessa forma, a ordem e, conseqüentemente, a coesão social. Nesse sentido, é pertinente verificar que Shirley (1987) baseia-se em um pensamento positivista que atualmente não condiz com a forma de pensar antropológica.

No âmbito jurídico, Shirley (1987) confirma essa ideia ao defender que nas “sociedades simples” existem leis que regulamentam a maneira de vida dessas sociedades, mesmo com a ausência de um Estado. Essa distinção se faz na medida em que nas “sociedades complexas” existem instituições burocráticas para vigiar e regulamentar o modo de vida da população, em contrapartida nas “sociedades simples” é a própria população quem vai ditar as regras e funções estabelecidas e, com isso, manter a ordem em suas sociedades.

No campo antropológico não cabe esse tipo de comparação entre o “simples” e o “complexo”, pois se entende que é inadequado comparar determinada realidade a partir de um olhar etnocêntrico, julgando o outro com base na contextualização vivenciada pelo julgador. Destarte, é por meio de um intenso diálogo entre a Antropologia e o Direito promovido por diferentes órgãos, a exemplo do MPE e MPF, que o chamado Direito Consuetudinário é enfatizado, reconhecido e respeitado paulatinamente, com base nos estudos periciais dos profissionais da área – como instrumento de compreensão cabível.

---

4 O autor que a este subscreve está consciente dos equívocos ideológicos que norteiam o epicentro da dicotomia “sociedade simples” versus “sociedade complexa”. No mais, é importante pontuar que existem autores como Shirley (1987) que faz uso dessas categorias para compreender, a partir de uma perspectiva funcionalista, os sistemas de regras responsáveis pela coesão social em diferentes culturas.



## *O Laudo Antropológico como instrumento de compreensão à luz da Carta de Ponta das Canas*

O laudo, grosso modo, tem o escopo de mostrar aos autos provas científicas e materiais obtidos junto à pesquisa que foi realizada. Em outras palavras, a perícia é todo trabalho de natureza específica que traz esclarecimento ao processo que, via de regra, é dependente de conhecimentos na área da Antropologia, enquanto instrumento de compreensão.

Desse modo, de acordo com Dallari (1994), um bom laudo antropológico fornece elementos valiosos para os juízes de boa vontade fundamentarem com argumentos sólidos em suas decisões e impede que os de má vontade reduzam os direitos dos índios, interpretando da maneira menos favorável as expressões novas.

Apesar da brilhante afirmativa do autor supracitado, seu juízo de valor quanto ao “bom laudo” e a “boa e má vontade” deixa claro que pode haver má fé tanto ao que se “propõe” em desenvolver o laudo - podendo manipular seus resultados, como quanto a quem julga - podendo privilegiar uma classe em detrimento de outra. Sendo assim, poderíamos trazer a memória o famoso dito popular para corroborar tais ideias: “aos amigos os favores da lei e aos inimigos os rigores da lei”.

Entretanto, é notório saber que toda ciência tem seu código de ética profissional e a Antropologia não está de fora disto. Além do mais, o profissional a ser intimado a realizar um laudo terá, no mínimo, um comprometido com sua ciência e, no máximo, com a sua responsabilidade e função social, pois poderá pôr em prejuízo um indivíduo ou uma coletividade por falta de bom senso.

Para embasar a reflexão, vale lembrar que em novembro do ano de 2000, reuniram-se durante três dias em Ponta das Canas, Florianópolis, diversos antropólogos que com anseio de refletir e propor mais sobre laudos antropológicos, desejando tanto compartilhar suas experiências como repensar a forma de se fazer perícia norteados por um escopo principal de formular parâmetros necessários, senão fundamentais, à implementação do Acordo de Cooperação Técnica para a elaboração de laudos periciais antropológicos na parceria Associação Brasileira de Antropologia – ABA e Procuradoria Geral da República.

De acordo com a Carta de Pontas das Canas (2000), a responsabilidade social do antropólogo é tratada em dois pontos, conforme se observa abaixo:

A - Tendo em vista as peculiaridades do trabalho antropológico, a empatia e os longos períodos com os grupos estudados e principalmente a sua vocação crítica, a ABA, como associação científica e profissional reconhecida pelo engajamento na

luta contra a discriminação, deve manifestar-se sobre as acusações de suspeição ao trabalho dos seus associados que lhes impeçam de desempenhar as suas atividades características e pertinentes.

B - Deverão receber a atenção da Comissão de Ética da Associação os casos de comprovada evidência de prejuízo a um grupo social e/ou de antropólogos associados da ABA, principalmente quando ocasionado por um exercício de trabalho inadequado.

Apesar dos esforços em providenciar um documento regulador, cujo resultado foi exatamente a Carta de Ponta das Canas, há de evidenciar que a Carta não tem valor jurídico. Porém, passa a ser um documento oficial de trabalho que norteou, inicialmente, os antropólogos em seus laudos periciais e, de certa forma, deixou elementos cruciais a serem discutidos em futuras reuniões, além de fazer um *link* das pesquisas de campo e o conhecimento científico do antropólogo com o campo jurídico e administrativo do Poder Judiciário.

Portanto, esse documento passou a ter perante os antropólogos um valor de ordem moral e ética perante as perícias realizadas e os resultados encontrados a serem fornecidos aos Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público da União.

### *Considerações Finais*

O objetivo deste trabalho foi fomentar o debate e reflexão acerca de um processo que está em pleno curso, isto é, a aproximação da Antropologia com o Direito, que evidencia o movimento de reconhecimento das garantias das minorias étnicas.

Em virtude das características peculiares do conhecimento antropológico, evidenciou-se a prática etnográfica como instrumento de compreensão científica a serviço de algo maior, isto é, a interpretação de determinados códigos culturais sensivelmente almejados por órgãos públicos federais e estaduais.

Devido à necessidade de buscar compreender os diferentes modos de vida, a magistratura encontrou no diálogo e aproximação com a profissão do antropólogo a saída mais plausível para embasar os fenômenos jurídicos. Nesse sentido, é comum hoje em dia encontramos Operadores do Direito em busca de antropólogos periciais em entidades concentradoras de recursos humanos antropológicos com *know-how* técnico e científico<sup>5</sup> a respeito das múltiplas questões que envolvem sociedades - em pleno século XXI - com costumes fora dos padrões adotados pela sociedade ocidental.

---

5 Instituições como o Núcleo Histórico Sócio-Ambiental – NUHSA, Departamento de Antropologia da UFRR, dentre outros.

Isso que dizer que, seguindo a linha de pensamento incorporado ao longo deste trabalho, fez-se necessário o entendimento e compreensão de fatos que vão além de nosso campo de visão social. Percebemos e corroboramos com o saudoso Nelson Rodrigues quando o mesmo afirma que “o ser humano, tal como o imaginamos, não existe”. Esta máxima se torna evidente quando nos deparamos com “outros mundos” e outras verdades dentro de culturas distintas.

São essas idiossincrasias que fazem do “antropólogo profissional” uma entidade requisitada perante o Ministério Público da União ou Estadual, e por diversos outros organismos preocupados, direta ou indiretamente, em apresentar compreensões pertinentes do caso analisado diante dos conflitos ocasionados pelas dinâmicas das relações entre povos de etnia distintas, inseridos numa situação de contato.

*Recebido em abril de 2013, aprovado em maio de 2014.*

### *Referências bibliográficas:*

ABA. Laudos Antropológicos - Carta de Ponta das Canas. *Textos e Debates*, n. 9. Florianópolis: NUER/UFSC, 2001. p. 12.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Towards legitimization and mobilization: anthropologists as expert witnesses between two native discourses*. *Practicing Anthropology*, 2004, v.26, n.º. 3, p.26-30.

BAINES, Stephen. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 8, v. 15 (2), p. 29-46, 2004. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15\(2\)/Artigo%202.pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15(2)/Artigo%202.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A atuação dos antropólogos no Ministério Público Federal. In.: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005.

COLLIER, Jane Fishburne. Problemas teórico-metodológico en la antropología jurídica. In.: CHENAUT, Victoria; SIERRA, María Teresa (Coords.). *Pueblos indígenas ante el derecho*. CIESAS, 1995. p. 45-76.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Argumento antropológico e linguagem jurídica. In: SILVA, Orlando et al. (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: UFSC, 1994.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: *Teoria geral do direito civil*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2005.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFICS, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000016.pdf>>. Acesso em: 02/07/08.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

L'ESTOILE, Benoit; NEIBURG, Frederico; SIGAUD, Lygia (orgs.), *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio no mundo dos brancos*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1981.

\_\_\_\_\_, Roberto Cardoso de. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres et al (Orgs). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 21-31. Disponível em: < <http://www.abant.org.br/conteudo/livros/AntropologiaEtica.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

\_\_\_\_\_, Roberto Cardoso de. Direitos culturalmente Diferenciados, Antropologia e Ética. *Jornal da Ciência*. JC e-mail 3276, de 01 de Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=47488>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SCHADEN, Egon. Os estudos de aculturação na etnologia brasileira. In.: SCHADEN, Egon. *Aculturação Indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora: Editora da Universidade de São Paulo, 1969. p. 3-58.

SHIRLEY, Robert Wever. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999, v.1, Antropologia.

\_\_\_\_\_, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, abr. 2002. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493132002000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132002000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 dez. 2011.



## ARTIGO

# GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM 2012: UM MOVIMENTO NA ACADEMIA E SUA REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE

### Resumo

A virada do século XX foi marcada por duas grandes greves no ensino federal brasileiro – 1998 e 2001. No entanto, esta recente greve ocorrida em 2012 desponta como a maior dos últimos tempos, de maior mobilização e adesão. O presente trabalho debruçou-se na pesquisa documental buscando dados e informações através de atas e outros documentos expedidos, tanto pela ANDES quanto pelo Governo Federal. Entre os resultados, observou-se que em termos de reajuste, o mínimo alcançado pelos docentes foi de 25% e o máximo de 40%. As questões relativas à infraestrutura e expansão desordenada do REUNI, que serviram de base e motivação para greve, viram-se esbarradas no plano de execução do governo. Dessa forma, conclui-se que a Universidade no Brasil, ainda que, cumpra seu papel social e econômico, não apresenta uma real valorização por parte do governo e da sociedade. As greves têm uma razão de ser na Universidade pública atualmente.

### Palavras-Chave:

Universidade; Docência; Greve; Movimento.

### Abstract

*The turn of the twentieth century was marked by two major strikes in the Brazilian federal education - 1998 and 2001. However, this recent strike occurred in 2012 stands out as the biggest of recent times, greater mobilization and membership. This study has looked at the data and documentary research seeking information through the minutes and other documents issued by both the ANDES as the Federal Government. Among the results, it was found that in terms of adjustment, the minimum was achieved by the teaching of 25% and a maximum of 40%. Issues relating to infrastructure and sprawl of REUNI, which served as the basis and motivation to strike, found themselves limited by the execution plan of the government. Thus, it is concluded that the University in Brazil, though, to fulfill its social and economic role, has no real appreciation by the government and society. Strikes have a reason to be in the public University today.*

### Keywords:

*University; Teaching; Strike; Movement.*

\* Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, diretor Presidente da Empresa Júnior de Administração Unimontes.

\*\* Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, coordenador do grupo de pesquisa - gepad da Universidade Estadual de Montes Claros.

## Introdução

A virada do século XX foi marcada por duas grandes greves no ensino federal brasileiro – 1998 e 2001. À época, as motivações para greve se baseavam no descontentamento da classe de professores com o sucateamento das Universidades brasileiras em prol da política neoliberalista implantada pelos Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, passada mais de uma década, com a ascensão política de um líder sindical e uma década de mudanças sociais, pressupõe-se uma nova visão de Estado. No entanto, esta recente greve desponta como a maior dos últimos tempos e de maior mobilização e adesão. Torna-se então, necessária a discussão sobre o que é espaço universitário e o papel da Universidade no Brasil de hoje. A mudança de governo alterou a forma de lidar com a educação superior ou houve a continuação da então política de sucateamento das Universidades? A greve articulada e estruturada, aparentemente conseguiu unir uma das classes mais poderosas que um país pode ter: os provedores do conhecimento e da ciência. Uma classe com poder econômico e que se tiver aliada seus interesses com o do Estado, pode colocar em prática um plano nacional de desenvolvimento e projetar uma nova nação.

O Brasil vive hoje um momento econômico e social único. Destacado pela imprensa internacional como um dos integrantes do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), grupo de países emergentes com economia pujante e grande expectativa de crescimento nos próximos anos; nosso país precisa também desenvolver uma base sólida que garanta não só o crescimento, mas um desenvolvimento nacional. Uma das sustentações que um país pode ter é desenvolver-se tecnologicamente e ser dotado de mão de obra qualificada e diversificada para a indústria nacional. A educação superior é um dos fatores-chaves dentro da perspectiva de um plano nacional de desenvolvimento. A Coreia do Sul, a exemplo, apresentou como uma das alavancas do desenvolvimento um sistema educacional fortalecido<sup>1</sup> que estendeu da educação básica à educação superior e, tendo esta última aliada ao setor privado, possibilitou ao país despontar como potência *hi-tech*.

A educação básica pública no Brasil já é apontada como defasada, mal estruturada e com traços de evasão e repetência de alunos, bem como uma má qualidade no ensino em geral. A educação superior, em número de instituições de ensino, docentes e discentes, avançou nos últimos anos segundo o Censo do Ensino Superior, no

---

1 Segundo Fleury e De Mattos (1991), a centralização do sistema de educação na Coreia, busca através do Ministério da Educação prover assistência financeira (sendo as verbas federais a maior fatia do orçamento das escolas), assessoria em políticas educacionais e qualificação do corpo docente. “Tanto na Coreia como no Japão, o diploma de nível superior é muito valorizado porque garante os melhores empregos”.

entanto, puxada pelo setor privado. Faculdades em todo país têm cursos, às vezes, sem a mínima estrutura, regulamentados e aprovados pelo Ministério da Educação (MEC). A Educação a Distância, modalidade surgida na última década com a bandeira de levar o ensino a todos os cantos do país, precariza o ensino, torna-o banal e o diminui qualitativamente. Por trás desse avanço do ensino superior privado, o Estado assiste imóvel e com certo incentivo, pois há uma busca desesperada por números; quer-se vangloriar de altos percentuais de população com ensino superior sem, no entanto, preocupar com a real qualidade deste ensino.

O ensino superior público, em específico os professores universitários, veem-se desamparados e desassistidos. Em nível federal, outros profissionais, sem o mesmo nível de qualificação – mestrado e doutorado; recebem salários superiores aos dos professores. Laboratórios com falta de estrutura, sem material, com instrumentos e aparelhos antiquados e/ou ultrapassados, a falta de recursos e incentivos às pesquisas e em alguns casos, abertura de Universidades e cursos sem estrutura necessária para o bom funcionamento.

O governo, por outro lado, se esforça – de forma estruturada ou não, tentando expandir a educação superior pública, reestruturando e expandindo as Universidades Federais através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inclusive, um dos pontos das reivindicações dos grevistas.

A greve dos professores universitários da rede federal de ensino deflagrada em maio de 2012 surge apontando o total descontentamento da classe em relação a atual situação do ensino e das Universidades. Entre as greves das últimas décadas, esta de 2012 superou em dias de paralização as ocorridas em 1991, 1998, 2001 e 2005, todas com mais de cem dias de paralização, sendo a de 2005, considerada a mais longa até a presente data.

Em uma época onde greves têm de ser bem articuladas para que não percam seu sentido nem seu poder de barganha, a última greve de 2012 desponta como a mais longa, a de maior adesão e que trouxe para a classe de professores uma unidade. Dentre as bandeiras levantadas pelos grevistas, a melhoria da estrutura das Universidades, o aumento de recursos para apoio às atividades de pesquisa e extensão, melhoria no plano de carreira dos professores, entre outros pontos encontravam-se em pauta.

Os professores universitários, em sua maioria, veem na profissão escolhida, a oportunidade de realização de pesquisas, desenvolver projetos extensionistas, bem como dar novos ares à Universidade, tornando-a local não só de repasse de conhe-



cimento, mas de discussão e criação deste. A multiversidade, como apontada por alguns autores, é lugar de expressão das mais diversas ciências, de difusão dos mais diversos conhecimentos. A questão, é que toda essa visão de Universidade e carreira está sendo reprimida com a atual política educacional desenvolvida em nosso país. A greve busca então, muito mais que as reivindicações já supracitadas, busca uma nova Universidade.

Devido ao caráter do objeto de pesquisa ser um movimento ocorrido recentemente, com data de início e de fim, a pesquisa aqui desenvolvida apresenta três aspectos: pesquisa exploratória, documental e bibliográfica.

A pesquisa do tipo exploratória permite uma maior familiaridade com o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Por ser uma pesquisa bastante específica, pode-se afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, que em consonância com outras fontes dará base ao assunto abordado.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a principal característica das pesquisas do tipo documental é o foco desta estar relacionado à busca de dados e informações, de forma restrita, em documentos escritos ou não. Constituindo-se assim, uma coleta de dados em fontes primárias. “Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.37).

O acesso a tais documentos deu-se via sítios eletrônicos, como o próprio portal da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Entre atas disponíveis no sítio que retratavam sobre a greve, utilizou como base trinta e um Comunicados Nacionais de Greve que, em sua maioria, contemplavam atas de reuniões e assembleias da Associação e de suas respectivas seções sindicais.

A pesquisa bibliográfica, ainda segundo Marconi e Lakatos (2003), constitui-se de consulta a fontes secundárias. Visa assim, consultar bibliografia já publicada em relação ao tema objeto de estudo. “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto...” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.39).

No tocante a pesquisa bibliográfica, fez-se uso desta para estudo da temática greve e utilizou-se como base livros e estudos de movimentos grevistas no ensino superior, ocorridos anteriormente no Brasil, como as greves nas Universidades paulistas no início do século XXI.

## *A Universidade e as mudanças promovidas*

Ao buscar a autonomia universitária que a movimento requeria, observa-se que hoje, pensar no espaço universitário como um espaço de produzir ciência e conhecimento de forma independente, segundo a vontade dos pesquisadores, é quase impossível. Queria ou não, a Universidade sempre esteve acoplada a interesses superiores, o jogo político e o tráfico de influência acabam por permitir que determinados setores ou instituições recebam (mais) recursos em detrimento de outros.

Atacada por todos os lados, a Universidade pública encontra-se como que suspensa no ar: ciosa de sua história e de sua importância estratégica, mas com terríveis dificuldades para se por diante de um mundo que muda depressa demais e subverte a cultura, os padrões do conhecimento científico e a natureza das instituições. Ou seja, as Universidades estão sofrendo as consequências do espírito do tempo e se veem – elas também – imersas numa profunda crise de valores e projetos. (LAHUERTA e NOGUEIRA, 2001, p.157).

A mercantilização do ensino promovida nas últimas duas décadas acaba por prejudicar o ensino superior, que passa por uma situação onde é quase possível ver instituições comercializarem diplomas.<sup>2</sup> A educação à distância, outra modalidade de oferta do ensino superior brasileiro, apresenta cada vez mais um maior número de matrículas e empresas atuantes no setor, a exemplo, o maior grupo educacional do mundo é um brasileiro, resultante da fusão entre Anhanguera e Kroton, duas gigantes do ensino à distância.

Com o discurso de levar o ensino superior ao interior do Brasil e àqueles que não têm condições de ter acesso e cursar uma graduação presencial, o governo tende a valorizar esta modalidade frente à presencial visando alcançar números e penetração do ensino superior nos municípios de forma mais rápida.

Juntos, o ensino superior privado e a educação à distância, estão alcançando números expressivos de matrículas e eximindo o Estado de se preocupar, em partes, com o ensino superior público. A criação por parte do governo de programas de acesso às instituições privadas como PROUNI e FIES permite que alunos de diversas classes sociais cheguem à uma instituição de ensino.

Apesar de ser uma concessão do estado à iniciativa privada e passar por supervisões rigorosas, o ensino superior nas instituições particulares nem sempre se estrutura de forma adequada atingindo de forma direta a promoção do ensino e for-

---

2 Faculdade que aprovou aluno sem conhecimento do professor fraudou sistema, diz docente – Jornal OTempo. Publicado em 14/08/13. Faculdade de Tecnologia do Comércio de Belo Horizonte, por meio de seus coordenadores passaram a pressionar um docente para que este aprovasse determinado acadêmico que não havia obtido nota para aprovação. Ao contrariar o direcionamento da gestão, o docente de mais de 27 anos de experiência foi demitido.

mação dos acadêmicos. Além desta situação, a expansão desmedida de instituições credenciadas acaba por tornar o ensino superior algo de fácil acesso e de baixo valor, sobrando às Universidades o papel de assegurar um espaço de ensino de qualidade neste ambiente cada vez mais mercantilizado.

A Universidade pública ascende como o reduto para os docentes e discentes que enxergam este espaço além das paredes da sala de aula, veem nesta um espaço de pesquisa e ciência, no entanto, sem ser necessariamente um espaço somente deste tipo de profissional.

Por outro lado, segundo Goergen (2006), as Universidades privadas apresentam poucos professores em tempo integral frente ao grande número de contratados e horistas. A disputa destes profissionais entre si para garantirem aulas e completarem uma carga horária mínima que lhes garanta uma boa remuneração promovem, o que defende o autor, “um verdadeiro périplo diário entre diversas instituições para ali ministrar aulas apressadas, burocráticas, repetidas, sem conhecimento nem compromisso com a formação dos alunos”.

Enquanto o Estado vê-se diminuído na sua obrigação de prover o ensino superior – devido seu alto custo e baixa produtividade, bem como o setor privado se encarregando de provê-lo – os docentes que se propõe a estar na Universidade pública nem sempre fazem com que exerça os três pilares: ensino, pesquisa e extensão, próprios da Universidade. A busca por estabilidade, salários relativamente altos, baixo controle e carga horária amortizada em outras atividades decorrentes do exercício da docência, faz com que este espaço seja cobiçado não só por docentes que visam a pesquisa, mas até mesmo pelos denominados “concurseiros”, permitindo que a ciência não seja explorada por todos os docentes.

Ao longo das últimas décadas, vivemos momentos ora promissores, ora decepcionantes no que se refere ao ensino superior. Promissora foi a expansão quantitativa; decepcionante o fato de tal expansão ter-se dado com base na privatização. Muito preocupante é a constatação de que a privatização seguiu, predominantemente, critérios quantitativos, ditados por interesses econômicos. A ausência do Estado abriu espaço para a ação da privatização neoliberal, de orientação fortemente calcada no modelo econômico, alheia aos requisitos de qualidade e de responsabilidade social. A falta de recursos públicos pode justificar o investimento privado, mas este não pode ocorrer sem zelo pela qualidade, que é de responsabilidade do Estado. O Estado retirou-se e escancarou as portas para a selvageria mercantilista voraz e irresponsável que, agora, dificilmente poderá ser detida. (GOERGEN, 2006, pág.79)

A Universidade chega ao ponto em que é “atacada” pelo Estado e internamente pelos próprios docentes. Adiciona-se ainda a falta de valorização do ensino público

pelos discentes, que uma vez inseridos à Universidade não se conscientizam enquanto investimento da sociedade e a necessidade de produzir retorno à esta.

Quando analisada a situação das Universidades, lembrando que a estas cabe o exercício do Ensino, Pesquisa e Extensão, observa-se um “desconhecimento” desses pilares pela comunidade acadêmica bem como um desincentivo do governo para tal, sem deixar de cobrar por estes. Como pensar a evolução da ciência se nas Universidades é a minoria dos professores e acadêmicos que se envolve e faz acontecer as atividades extra sala de aula?

O incentivo à pesquisa também esbarra em um sistema que tem como base um círculo vicioso: os editais de fomento à pesquisa favorecem quem já está no sistema. Normalmente, os editais selecionam os projetos destinatários de recursos pelo currículo do docente coordenador de tal, os melhores currículos, avaliados em pontos, “levam” os recursos. A questão é que quem já está no sistema e apresenta maior tempo de carreira, acaba por conseguir maior pontuação frente aos que são novos no sistema e quase não tem pontos. Em um próximo edital a tendência é que o docente com projeto financiado aumente seus pontos e o outro não, tornando o financiamento à pesquisa um círculo vicioso que favorece àqueles que já estão a mais tempo na atividade.

Em um contexto mais amplo, percebe-se uma alteração no sentido da política educacional que acaba por alterar também, as próprias atividades da docência. A atual política que visa estender o acesso à Universidade pública, acaba por aumentar o número de matrículas sem ter, em contrapartida, uma infraestrutura correspondente que leve em consideração também o número de professores e técnicos necessários para manter a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), anteriormente à greve já apontava que o REUNI, por sua forma de estruturação, acabaria por precarizar o ensino superior público, podendo ampliar o déficit histórico do número de professores e servidores técnico-administrativos. Observa-se ainda, que essa mesma lógica acabou por orientar a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo apresentado as mesmas implicações de precarização para os cargos de EBTT.

## *A construção, condução e eficácia da greve*

Um movimento de greve para eclodir precisa que primeiramente haja a identificação por parte dos grevistas de uma identificação à um grupo, à um movimento e aos seus ideais. É necessário esse sentido de pertencimento. Observa-se ainda a busca por identificar seu líder/representante, seus objetivos, de seus inimigos e a conscientização da classe como um todo de adesão aos ideais daquele movimento (FURTADO *apud* OLIVEIRA, PINI e FELDFEBER, 2011). A greve em si tem por objetivo, dentre outros, o questionamento da classe sobre sua atual posição dentro daquele contexto e conjuntura de relação trabalhista.

Surge então uma necessidade de discussão interna e externa ao movimento. A primeira refere-se a um momento de reflexão da classe sobre sua função econômica, seu papel no processo produtivo e sua participação nos ganhos. No caso da classe docente, observa-se que a greve nem sempre faz despertar essa conversa do trabalhador com ele mesmo. Cientes da condição salarial aquém da desejada, parte dos docentes buscam saídas individuais para obtenção de ganhos consideráveis: complementação salarial em outras instituições, bolsas, cursos e projetos diversos.

Em conformidade com essa ideia, Fantinatti (2001) aponta que esse tipo de incoerência no interior das Universidades, dentre outros, faz com que a perda de poder aquisitivo seja sentida de menor forma (ou nem sentida) para os que burlam o cumprimento dos regimes de trabalho (Dedicação exclusiva, ou nos casos em que se observam professores com cargos de 40h e 20h em uma instituição pública ou cargos diversos em outras instituições, bem como atividade autônoma).

Essa busca individual pela resolução dos problemas que são da classe docente faz com que nos momentos de luta da classe, essa perca força, devido à parcela dos docentes estar desapegada aos objetivos desta. O grande entrave na organização de movimentos coletivos pelas associações sindicais se encontra na outra ponta do movimento: as saídas individuais para minimizar o descontentamento.

Em virtude dessa não identificação de parte da classe docente com os ideais de greve, o sindicante enquanto líder e articulador do movimento tende a pensar não só na consecução dos objetivos, mas na estruturação dos docentes enquanto classe, daí ter em pauta a realização de concurso público com vagas preferencialmente para docentes em dedicação exclusiva. O regime de dedicação exclusiva ao obrigar o docente permanecer com apenas este vínculo, o faz sentir de forma mais intensa as perdas salariais apresentadas pela classe, bem como inibe a busca por saídas in-

individuais, muitas vezes estabelecidas por parte dos docentes. Dessa forma, com um maior número de docentes em dedicação exclusiva, espera-se que em momentos de união da classe visando greve e mobilização, a adesão seja maior.

Quanto à discussão externa ao movimento, esta deve ser feita entre classe, Estado e sociedade. Em um primeiro momento, junto ao Estado, há uma necessidade da classe em situar este acerca do papel estratégico da educação na execução de um plano nacional de desenvolvimento. Tal papel é por vezes sabido, mas nem sempre valorado.

Em período pré-eleitoral como o em que ocorreu e se estendeu a greve, os grevistas buscaram e souberam fazer deste momento uma oportunidade para uma jogada política: a não concretização de pontos da pauta, poderiam no mínimo, influenciar em resultados negativos (ou abaixo do esperado) para políticos da base governista. Em termos políticos, a discussão grevistas-governo retomou ainda a situação de greve empreendida no então governo de Fernando Henrique Cardoso, gerando comparações dentre do próprio movimento: o governo tucano conseguira em momento de greve apresentar maior respeito à classe docente que o atual governo.

A construção dessa ideia junto a toda classe docente, bem como à população, poderia trazer determinadas perdas políticas, as quais o governo não estava disposto a pagar pra ver. Ressalta ainda que o poder de mobilização e indução política dos docentes consegue atingir naturalmente 3.030.754 alunos de graduação,<sup>3</sup> sem levar em consideração que indiretamente uma greve no setor da educação para setores indiretamente ligados a este como alimentação, moradia e transporte. Se a sociedade comprasse a briga junto aos docentes, o resultado poderia tender a duas situações: aceitação dos pontos de pauta pelo governo ou uma prévia derrota política do governo nas eleições próximas.

Enquanto de um lado ensaiava como se livrar da greve, do outro lado o governo buscava acelerar a aprovação de um projeto de lei de 2011 que modifica as bases legais do direito de greve. Dentre as principais modificações que emergem como inibidoras do exercício de greve estão:

Art. 13. São efeitos imediatos da greve:

II – a suspensão do pagamento da remuneração correspondente aos dias não trabalhados;

III – a vedação à contagem dos dias não trabalhados como tempo de serviço, para quaisquer efeitos.

---

3 Número de matrículas em cursos de graduação presencial no ano de 2010. Censo da Educação Superior.

As alterações acima acabam por quase eliminar a possibilidade de greves longas como a dos docentes em 2012. A instalação e permanência do estado de greve sugere o não pagamento da remuneração. Outro ponto é a ampliação do entendimento do que seriam atividades estatais essenciais, bem como o percentual mínimo a se manter de servidores exercendo tais atividades, saindo dos 30% previsto anteriormente para 50% e 70% para atividades não essenciais e essenciais, respectivamente<sup>4</sup>.

Ainda em tramitação no Senado, o projeto de lei não se encontra aprovado, mas acena para limitações futuras no direito à greve bem como na busca por melhorias no sistema de relações trabalhistas no Brasil.

### *As lideranças, os liderados e o processo de negociação*

Uma vez deflagrada a greve, a ANDES através de suas seções regionais buscou articular o movimento de forma a conseguir um maior número de docentes, departamentos e instituições aderindo a tal. O movimento se constrói em seu decorrer, não é algo que se faz em um momento zero e se mantém estático, é preciso agregar recursos e mobilização em prol do mesmo.

---

4 Art. 17. São considerados serviços públicos ou atividades estatais essenciais aqueles que afetem a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos, em especial: A assistência médico-hospitalar e ambulatorial; os serviços de distribuição de medicamentos de uso continuado pelo Serviço Único de Saúde; os serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários; o tratamento e o abastecimento de água; a captação e o tratamento de esgoto e lixo; a vigilância sanitária; a produção e a distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; a guarda de substâncias radioativas e equipamentos e materiais nucleares; as atividades de necropsia, liberação de cadáver, exame de corpo de delito e de funerária; a segurança pública; a defesa civil; o serviço de controle de tráfego aéreo; o transporte coletivo; as telecomunicações; os serviços judiciários e do Ministério Público; a defensoria pública; a defesa judicial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das suas respectivas autarquias e fundações; a atividade de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições sociais; o serviço diplomático; os serviços vinculados ao processo legislativo; e o processamento de dados ligados a serviços essenciais.

Art. 18. Durante a greve em serviços públicos ou atividades estatais essenciais, ficam as entidades sindicais ou os servidores, conforme o caso, obrigados a manter em atividade percentual mínimo de sessenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou atividades estatais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. O percentual mínimo de que trata o caput será de oitenta por cento do total de servidores, durante a greve em serviços públicos ou atividades essenciais de que trata o inciso X do art. 17.

Art. 19. No caso de greve em serviços públicos ou atividades estatais não-essenciais, as entidades sindicais ou os servidores, conforme o caso, são obrigados a manter em atividade percentual mínimo de cinquenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou das atividades estatais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Quase ao final do mês de junho (23) de 2012, com pouco mais de um mês após a deflagração da greve nacional, o movimento conseguiu se expandir vigorosamente por todo o país. Em pouco tempo, a greve passou se alastrar para todos os setores da educação superior federal, mobilizando docentes, acadêmicos e servidores técnico-administrativos das mais de 90% das Universidades e institutos federais do país. Aos poucos, o movimento passava a evidenciar a profundidade da crise estrutural que afeta o sistema federal de ensino superior no Brasil.

É interessante ressaltar que desde o início do movimento o governo se posicionou contra a greve e, por considerar desnecessária tendo em vista os prazos para implementação dos ajustes e negociação do reajuste, recusou-se a negociar com o movimento. Com o crescer e fortalecer do movimento docente o governo viu-se obrigado a receber as lideranças do movimento para negociação e buscar saídas em relação à greve.

O primeiro passo dado pelo governo foi reunir representantes do governo, como o MPOG e o Ministro da Educação, com os líderes do movimento visando entender as demandas e receber formalmente a pauta de reivindicações. Uma vez recebidas as demandas e passadas algumas semanas, o governo não apresentou qualquer proposta de negociação, tal ato passou a demonstrar que, apesar de ter mantido nos últimos anos um processo de negociação, o governo não tinha até aquele momento qualquer proposta concreta para apresentar à categoria.

A questão da espera de proposta por parte do governo era tão desanimadora que o posicionamento do ANDIFES formada pelos Dirigentes das IFES, na segunda semana de julho, era de que o governo não apresentaria proposta aos docentes antes do prazo estabelecido pelo próprio governo. A conjuntura de greve estabelecida, não só no setor da educação superior, mas em outros setores da economia, acabou por colocar o governo em uma situação complexa: como negociar com uma categoria sendo que para as outras não há propostas? O perigo de que fosse realizada uma proposta aos docentes e estes a aceitassem, e a greve nas Universidades não fosse resolvida devido os técnicos continuarem seu movimento, era real.

Ao governo realizar uma Reunião com explanação de pontos a serem modificados na carreira, sem formalizar a proposta e logo após o movimento avançar com pressão e busca de apoio dentro do congresso e junto a parlamentares, o governo acabou por cessar o processo de negociação. O movimento buscando reagir ao que denominaram de postura autoritária e antidemocrática por parte do governo buscou mobilizar-se frente à principais órgãos e instituições do governo. A ideia era trazer comoção social de que a situação era grave e o Estado fazia vista grossa e negava-se a negociar.



O que despontou como grande trunfo do movimento foi o período pré-eleitoral e a candidatura de vários candidatos da base governista. Dessa forma, o movimento passou a contar com o poder político para atingir os objetivos num momento de suscetibilidade da base governista. Concomitante ao movimento se observou uma queda da popularidade da Presidente Dilma nas principais capitais<sup>5</sup>, podendo ser entendido como um reflexo do movimento grevista e a dimensão que este tomou.

Em uma segunda Reunião, e tida como a última para negociação, o governo acabou por apresentar uma proposta de revisão de carreira e melhoria salarial que acabou por contentar parte dos sindicatos envolvidos, inicialmente o PROIFES e logo depois o FASUBRA, restando apenas a ANDES que acabou por ceder, uma vez que a greve perdeu força aos dois primeiros sindicatos acatarem a proposta do governo.

A proposta apresentada pelo governo acabou por ser acatada por prever a redução dos níveis na carreira, além de apresentar aumento significativo para determinadas classes de docentes, satisfazendo parte da valorização cobrada por parte do movimento. A proposta acabou resultando na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Outro ponto que influenciou no acatamento desta proposta foi a conjuntura de greve em nível nacional<sup>6</sup>. Enquanto o governo por um lado não poderia oferecer todos os pontos requeridos em pauta pelos grevistas docentes, pois havia outros setores em greve, e caso acatasse pelos docentes teria de acatar para os demais; do outro lado os docentes tinham consciência dessa situação e viram naquela proposta o extremo de concessão que o governo chegaria.

---

5 RICCI, Ruda Guedes Moises Salerno. Popularidade de Dilma em queda?

6 Dentre os profissionais de nível federal que estavam em greve, apresenta-se como os que se encontravam em processo de negociação: as dezoito categorias representadas pela Condsef (Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal) – Saúde, Funasa, Previdência, Trabalho, Cultura, Fazenda, Funai, Agricultura, Arquivo Nacional, Imprensa Nacional, Museu do Índio, Planejamento, Justiça, Transportes, Embratur, Secretaria de Patrimônio da União, administrativos da Polícia Rodoviária Federal e Integração Nacional; o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc-SN), o Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi); o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); o Instituto dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer (Inca); a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef); a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef); o Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (Sinpec-DF); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá); e a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF).

## *A opinião pública e a mídia*

A mídia, seja esta impressa, virtual ou televisionada, desponta e se reafirma como entidade com o poder de influenciar, manipular e criar tendências, pensamentos, comportamentos e ideais. Sendo um espaço de debates que, por vezes, dispõe-se a ser palco de discussões que não cabem ser debatidas na mídia de massa. (MOUNIER, *apud* DOURADO, 2010).

Quando da deflagração da greve o primeiro ato da ANDES foi emitir uma nota/comunicado, à sociedade e governo, expondo os motivos do movimento bem como a situação na qual se encontrava as Universidades e Institutos Federais e a carreira docente. Informado e notificado sobre a greve, o governo convocou a imprensa e, via TV NBR, posicionou-se como desnecessária e precipitada a greve. O posicionamento e explicitação da ANDES não chegou ao conhecimento da população via rede nacional de televisão, o posicionamento do governo sim.

O movimento foi marcado por diversos comunicados e notas expedidas pela ANDES para os próprios docentes, para a sociedade em geral e para o próprio governo (ANEXOS IV e V). Observa-se que mesmo ponderando o poder midiático do sindicato e do movimento, as redes de televisão (meio de comunicação de maior alcance), em momento algum procurou consultar e dar abertura os grevistas para exposição da situação e ideais. Essas mesmas redes de televisão omitiram durante cerca de dois meses os fatos relacionados à greve. O primeiro momento de eclosão foi noticiado, e algumas chamadas breves sobre a manutenção do movimento e os reflexos deste no calendário letivo dos alunos.

A mídia virtual apresentou-se como a que permitiu maior liberdade de informação e fluência desta. À exceção dos sites jornalísticos, geralmente ligados à imprensa televisiva ou impressa, as redes sociais e blogs favoreceram que as opiniões e fatos diários relacionados ao movimento, chegassem ao conhecimento de boa parte da população.

Uma das principais redes sociais, o Facebook, permitiu que a sociedade se organizasse em grupos de discussão criados por alunos ou professores e direcionados a discutir a greve nas próprias Universidades. Algumas páginas como “Deu pau na Federal” apresentavam situações vividas pelos acadêmicos bem como o descontentamento com o governo e não com os grevistas: #ForeverSemFérias e “Você me deve uma vida Dilma” explicitavam o descontentamento com tal situação.

A polinização de posts referentes à greve, adesão e permanência nesta, além da abertura para posicionamentos e críticas políticas – atiradas para todos os lados,

seja a favor do governo ou dos grevistas; tornou o movimento um objeto de conhecimento geral, e fez das redes sociais o principal meio de “comunicar” a sociedade sobre o que ocorria naquele momento entre docentes, ANDES, MPOG, MEC e governo.

A mídia impressa por outro lado, dispersa geograficamente e encarnada nos jornais de circulação nacional, regional e local, passaram a transmitir notícias relacionadas à greve e seus efeitos. Nesses níveis mais locais foi possível que as seções da ANDES e os docentes conseguissem espaço para discutirem e exporem a situação dos grevistas e do movimento. Se por um lado as redes de televisão não se incumbiam de noticiar semanalmente os fatos de maior importância, as mídias impressas o faziam via notícia ou via colonistas.

A grande questão da mídia impressa é a possibilidade de compra de opinião, ainda mais quando se trata de jornais de grande circulação e colonistas com nome. No dia dezessete de julho, a Folha de São Paulo publicou um artigo de autoria de Alberto Carlos Almeida, tal artigo acabou por causar repulsa aos membros do movimento que se viram rotulados como “pagos para não trabalhar”. Considerado, segundo Reinaldo Azevedo<sup>7</sup>, um fabricante de teses social-liberais sob encomenda, a percepção explícita no artigo demonstra o tendenciamento a tal situação, uma vez que, com a formação de Cientista Social e mestre e doutor em Ciências Políticas, esperava-se outro posicionamento de tal.

A partir de tal comentário, E SILVA (*et al.*, 2001) aponta que a repressão apresentada no texto acaba por desvelar os limites reais da democracia vigente em nosso país com os limites reais do estado de direito, comumente alardeado pelos governos federal e estadual. Percebe-se que quando a mobilização social e de classe se fazem ouvir, se movimentam e dão expressão a uma causa, os superiores os desqualificam, acusando-os de corporativistas, arcaicos ou baderneiros; este termo, tão comum à ditadura militar, volta a ser usado pelos governantes e pela mídia a eles atrelada (E SILVA *et al.*, 2001).

Em nota a ANDES apresentou toda uma desconstrução do texto apresentado pelo comentarista que para dizer que a “greve nas Universidades é uma vergonha” começa a elencar de forma simplista os seus argumentos. Ao afirmar que as greves são decididas por uma minoria, as atas de assembleias das seções da ANDES mostram que um número representativo de docentes tem comparecido a estas (ANDES - Comunicado CNG15).

---

7 Retirado de <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/alberto-carlos-de-almeida/>

O comentarista ainda afirma que cursos de Engenharia, Medicina e Direito (considerados os cursos “de gente”) nunca param. No entanto, a precariedade das condições de trabalho atingiu níveis tão alarmantes, que os cursos de Medicina e Direito também aderiram ao movimento, sem entrar na questão da EBSERH que representa um dos pontos de maior insatisfação dos cursos médicos. Observa-se ainda, que ao confrontar o movimento, o comentarista esquece que os trabalhadores têm na greve um instrumento legítimo de reivindicação dos seus direitos e que a greve só foi deflagrada após dois anos de tratativas com o governo que não resultaram em cumprimento de acordos assinados.

### *Considerações finais*

O movimento grevista ocorrido em 2012 desponta como prova de que a classe docente conscientizou-se nos últimos anos das perdas salariais que vinha apresentando com o andar dos anos e com reajustes abaixo do necessário. A questão da infraestrutura, por vezes não sentida de forma direta, nem sempre surge como fator motivador de mobilização. O acordo 04/2011 firmado entre governo e sindicato para reajuste de 4%, ao não ser cumprido, surtiu efeito de “despertar” da classe docente. Previsto para ser instituído em março de 2012, iniciou o mês de maio (início da greve), e o reajuste não havia saído do papel: o pavio foi aceso.

Em termos de reajuste, o que de início eram apenas 4% de reajuste, acabou por tomar dimensões em que o reajuste mínimo foi de 25% e o máximo (Professores Titulares) de 40%, sobre a remuneração de março de 2012, base para o aumento de 4%. O ajustamento dos valores ocorrerá em três parcelas, nos anos de 2013, 2014 e 2015.

No entanto, ao analisar o plano de carreira vigente, observa-se que um docente com o título de doutorado que ingressa na carreira com trinta anos, só alcançará o nível máximo com quase quarenta anos de idade, por força da obediência aos prazos de interstício entre os níveis. Observa-se também que, devido à separação das gratificações do salário base – criando a RT, este docente chegará aos quarenta anos como doutor e já alcançado o topo da carreira, com um vencimento base que não ultrapassa o valor de sete mil reais e com isso. Apesar dos ganhos na casa dos dezessete mil enquanto na ativa, ao se aposentar, levará para a aposentadoria apenas o vencimento base.

As questões relativas à infraestrutura e expansão desordenada do REUNI, que serviram de base e motivação para a greve, viram-se esbarradas no próprio plano de

execução do REUNI pelo governo. A necessidade de realização de concursos públicos acabou sendo condicionada às Universidades que estavam sendo expandidas ou construídas e a tão sonhada recomposição do quadro docente de algumas IFES (relativas a déficits anteriores, aposentadorias, exonerações, entre outros) não passou de mera reivindicação.

A exigência de que os concursos para docentes fossem direcionados ao regime de trabalho de Dedicção Exclusiva não foi concretizada, no entanto, após um ano de encerramento da greve, o governo sancionou a medida provisória 614 (BRASIL, 2013) que inclui a exigência de doutorado entre os requisitos de seleção e contratação de professores para Universidades federais, salvo em regiões carentes onde profissionais com outras titulações poderão ocupar a vaga.

Ao final do século XVIII a França passou por uma revolução, a tão famosa Revolução Francesa que buscou modificar as estruturas daquele Estado. Os revolucionários adotaram o seguinte lema para a Revolução: *Liberté, Egalité, Fraternité, ou la mort!* O movimento que atingiu todas as classes conseguiu alterar fortemente a sociedade francesa, mas só o conseguiu porque envolveu todos os membros desta em prol de um único objetivo.

Hoje, o movimento docente poderia apropriar-se dos ideais da Revolução Francesa seguindo uma nova perspectiva. O slogan adotado pelo movimento ocorrido na França traz um pouco da essência do atual movimento dos professores do ensino superior público brasileiro se analisado o ambiente universitário.

A classe de professores universitários busca no *Liberté* uma Universidade mais livre, menos entregue aos interesses políticos, onde a ciência pode ser feita de forma independente, de acordo com o interesse dos pesquisadores.

O *Egalité* representa a busca por uma “igualdade” na remuneração e plano de carreira dos professores, se comparado com outros cargos federais, com menor exigência de escolaridade. A busca por uma igualdade no relacionamento entre Estado e todas as Universidades, sem distinção de nível de produção científica, com acesso a financiamento e bolsas de forma equânime.

*Fraternité* aponta uma necessidade que o meio universitário tem de desenvolver. As Universidades devem se unir de forma a ganharem projeção com pesquisas, troca de experiências e *know how* tecnológico e científico. O espaço universitário deve se projetar como um espaço unido, único, com coerência de objetivos e unidade de ação, em prol de seus próprios objetivos e de um plano nacional.

Juntos, *Liberté, Egalité, Fraternité* formam os princípios de norteamento do que deve ser a reforma interna/externa do espaço Universidade. É o setor mais im-

portante da economia em termos de projeção de futuro da sociedade, de gerar conhecimento e tecnologia hoje que servirão para o futuro, que forma hoje o país do amanhã. É uma classe chave na sociedade brasileira, possui força “política”, é dotada de poder econômico, e forma a base de toda uma sociedade do agora e do amanhã.

A Universidade no Brasil, ainda que apresente resultados positivos, grande número de pesquisas, produção científica e retorno social, ainda está aquém do quanto o seu potencial lhe permite produzir. Ainda que, cumpra seu papel social e econômico, não apresenta uma real valorização por parte do governo e da sociedade.

As greves têm uma razão de ser na Universidade pública atualmente. Buscam produzir impacto e mobilização, chegando muitas vezes, a dar maior visibilidade à crise e o sucateamento que afeta as instituições superiores de ensino e pesquisa. A partir dessa ideia, nas atuais condições, as Universidades só conseguem avançar quando demonstram força e pressionam, reativando um espírito de luta que outrora se encontrava adormecido. Em suma, reitera-se que a vida democrática é feita de luta e conflito tendo poucas chances de melhoria se não houver empenho e mobilização.

Dessa forma, o slogan da revolução francesa que se completa com o termo “*ou la mort!*”, reafirma que é necessário a união de toda a classe, a conscientização da população e do Estado sobre a importância da educação superior, e assim, um despertar para uma reforma universitária verdadeira com base nos três princípios supracitado, ou caso contrário, será a “morte” de um dos espaços mais dinâmicos e importantes da sociedade brasileira atualmente.

*Recebido em setembro de 2013, aprovado em agosto de 2014.*

#### *Referências bibliográficas:*

ANDES. *Comunicado CNG15*. Brasília, 2013.

BRASIL. Medida Provisória 614 de 14 de maio de 2013. *Altera a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.*

E SILVA, Doris Accioly; DA SILVA, Marilda; LEITE, Roseana Costa. *Carta de Araraquara. Tempos de greve na Universidade Pública*. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

FANTINATTI, Márcia. *O movimento docente na Universidade Pública*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

FLEURY, Maria Tereza Leme e; DE MATTOS, Maria Isabel Leme. *Sistemas Educacionais Comparados*. Revista de Estudos Avançados, v. 5, n.12, p. 69-81, 1991.

GOERGEN, Pedro. *Educação Superior em debate: Universidade e Compromisso Social - Universidade e Compromisso Social*. Brasília: INEP, 2006.

INEP. *Censo da educação superior: 2010*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

LAHUERTA, Milton; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Greves, crises e poder de agenda na Universidade*. Tempos de greve na Universidade Pública. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª edição - São Paulo: Atlas 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PINI, Monica Eva; FELDFEBER, Myriam. *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. In: *Perspectivas discursivas sobre profissionalização docente na América Latina*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora; Fino Traço Editora, 2011.

RICCI, Ruda Guedes Moises Salerno. *Popularidade de Dilma em queda?* Acesso em 02/05/2013. Retirado de: <http://rudaricci.blogspot.com.br/2012/08/popularidade-de-dilma-em-queda.html>

## ARTIGO

# O MATERIALISMO - HISTÓRICO DENTRO DA OBRA EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL DE CAIO PRADO JR.

### Resumo

O presente artigo busca fazer a análise metodológica da obra *Evolução Política do Brasil*, de autoria de Caio Prado Jr. destacando esse primeiro esforço, do consagrado autor, na busca de uma interpretação marxista da História Brasileira, esta que acabou se tornando uma das mais importantes vertentes historiográficas do Brasil, formando inúmeras gerações posteriores. No texto estudado percebe-se um jovem que tinha a preocupação de refutar as conclusões e dogmas estabelecidos por quase um século de historiografia positivista. Ao tentar estabelecer um novo paradigma metodológico, Prado Jr. pretende fazer uma revolução na maneira como era vista e pensada a sociedade brasileira, formando um espírito crítico nos intelectuais e em outros setores sociais, para que, por meio dessa revolução, se buscasse uma reflexão sobre o Brasil de uma forma não alinhada com os tradicionais setores de poder.

### Palavras-Chave:

Materialismo histórico; Caio Prado Jr.;  
Historiografia brasileira.

### Abstract

*This article aims to analysis of the methodological process of the work *Evolução Política do Brasil*, written by Caio Prado Jr. showing the first effort of the renowned author in construct a Marxist interpretation of Brazilian history, that turned out to be one of the most important historiographical theory of Brazil, followed by numerous later generations. In the text studied we can see a young intellectual who was concerned to refute the conclusions and dogmas established by a traditional positivist historiography from the 19th century. When he tried establish a new methodological paradigm, the author intended to make a revolution in the way that the Brazilian society was seen, creating a critical spirit in intellectual and other social sectors, and through this revolution, search a reflection about the country in a different way of the traditional sectors of power.*

### Keywords

*Historical materialism; Caio Prado Jr.; Brazilian historiography.*

\* Professor Universitário na UFRR (Universidade Federal de Roraima); doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Doutorado em Ciências Sociais: Relações Internacionais.



A obra *Evolução Política do Brasil* é mais uma das grandes obras produzidas em meados dos anos 30 do século passado, por autores que tentavam aprofundar a análise da sociedade brasileira. Neste contexto se insere *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e mesmo sendo um pouco posterior a essas duas, temos ainda de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Nesse ideal de um melhor entendimento sobre o Brasil, Caio Prado busca dar a sua obra uma nova perspectiva de análise, ainda praticamente inédito no país, o método materialista da História. Leandro Konder crê que essa obra seja a que pioneiramente tenha trabalhado no Brasil com a concepção que Marx fazia da História. O importante é que, sem sombra de dúvidas, foi Caio Prado Júnior o primeiro a pensar a sociedade brasileira nesse modelo analítico e que impulsionou esta concepção histórica, que me atrevo a dizer, ser a mais importante na historiografia brasileira atual.

Essa visão materialista foi uma concepção advinda de um embate filosófico travado por Marx contra um grupo seguidor das ideias de Hegel, que se costuma denominar de “Jovens Hegelianos”. Essa é uma polêmica muito séria até os nossos dias sobre essas diferentes versões filosóficas. Hegel defende que as pessoas não têm consciência do Espírito, isto é, a Ideologia, que as controla e que motiva a suas ações, sendo o estudo da História o estudo dos conflitos que diferentes ideologias geram entre os seres.

Já Marx observa :

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a eles correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2002, p. 19 – 20)

Essa longa citação se faz necessária para a plena diferenciação das visões de história e as bases na qual ela se faz. Engels diz que a “descoberta” da visão materialista

é de exclusividade de Marx, porém, como sabemos de sua modéstia habitual, creio ser a definição mais curta e também uma das mais completas a que Engels nos dá:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca de produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações do modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época que se trata. (ENGELS, 1985, p. 54)

Passemos agora a buscar na obra de Caio Prado Jr. Esses elementos. No primeiro capítulo, intitulado “A Colônia”, no qual ele trabalha o primeiro século e meio desde a chegada dos portugueses. Busca-se num primeiro momento explicar o porquê da colonização não só do Brasil, mas como ela é um fenômeno mundial, atrelado a uma burguesia nascente na Europa, que busca através dessa expansão um maior volume de capitais para acumularem em suas mãos. Há necessariamente que haver essa expansão para que os conflitos que daí possam vir a surgir sejam apaziguados. Tenho de em minha modesta concepção de História de que sem esse fenômeno expansionista no período das grandes navegações, os conflitos entre aristocracia e burguesia que varreram a Europa após a revolução francesa, teriam ocorrido bem antes. Mas, trata-se de uma concepção particular que não deveria nem estar citada neste trabalho.

O autor apresenta que nesse início a condição objetiva, determinada pela geografia do local, extenso litoral, gerou a necessidade de se recorrer a alguma opção, para seu aproveitamento: a condição subjetiva. Escolha esta que foi a das capitânias hereditárias, ressaltando que havia outras possibilidades a se empregar. Fez-se uma opção dentro daquelas que apresentavam as condições objetivas.

Ele também trata do fato de não ser esse colonialismo, uma expressão americana de feudalismo. Este é um dos pontos mais importantes da obra do autor, deixando clara sua interpretação de que o “colonialismo” é um empreendimento mercantil, tendo-se em conta o já destacado caráter de expansão da burguesia europeia em busca da acumulação de capitais e, de ser ele pautado na exploração necessária dessas terras. Condição essa, totalmente diferente daquelas em que se encontravam os povos europeus na Idade Média, onde quando havia a conquista de terras, essas já possuíam os seus servos e não demandavam necessariamente investimentos em produção de gêneros.

Ele traz nesse capítulo a primeira luta de classes observada na história brasileira, a dos latifundiários com os pequenos produtores. Há a percepção de que as condições geográficas beneficiam em muito a grande propriedade, porém não é apenas esse fator climático que explica a quase total ausência de pequenos proprietários em terras americano portuguesas. Além desse fator, esses latifundiários, classe dominante, utilizam-se de seu poder econômico e político para combater uma possível classe de pequenos empreendedores que pudesse vir a prejudicar os seus negócios. Ele termina ressaltando que por causa dessa vantagem dos senhorios podemos encontrar apenas duas classes sociais no Brasil nesse período: o do pequeno grupo de dominadores e o restante da população de dominados, que não tinham entre eles significativos aspectos de diferenciação.

Já no capítulo dois, também chamado de “A Colônia”, Caio Prado vê o surgimento do conflito que levará, mais cedo ou mais tarde, ao rompimento entre Portugal e Brasil. Ele já diferencia interesses dos grupos dominantes que se encontram em território americano e dos reinóis, sendo no território brasileiro desse período os burgueses, que querem assumir o controle da colônia de maneira mais efetiva. Uma característica desse processo é a decadência das câmaras municipais, o poder local que até então praticamente não sofria a interferência da metrópole e estava nas mãos desses latifundiários.

Nesse ponto, pensa o autor que nossa história começa a tomar os rumos do que se passa no cenário político mundial a partir do séc. XVII, rompendo-se aí o equilíbrio colonial.

O choque destas forças, interesses nacionais e lusitanos, no terreno econômico; autonomia local, representada pela auto-administração dos colonos, e sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da Coroa portuguesa, no terreno político; o choque dessas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dele cai resultar a nossa emancipação”. (PRADO JUNIOR, 2001, p. 44)

No capítulo três, ele utiliza a análise materialista para explicar as ditas “Revoluções”, que Caio Prado crê ser “A Revolução” que possibilita o rompimento com a estrutura colonial. Ele trabalha os fatos que geraram as mudanças mais profundas em nossa sociedade, como a vinda de D. João VI ao Brasil, não pelo simples fato de o Imperador estar aqui, mas pelas consequências que esse fato trouxe. Aspecto significativo de rompimento da estrutura colonial que depois seria magistralmente trabalhada sob uma ótica Marxista por Fernando Novais.

Caio Prado destaca as revoluções populares ocorridas no Brasil no período regencial e do segundo reinado, por acreditar terem sido essas tratadas como fatos sem maior significação social. É nesse ponto que ele revela seu lado mais político em todo o livro, de indignação e de rompimento com uma história feita pela e para a classe dominante.

Porém, infelizmente, é nesse trecho do livro em que ele busca dar vida histórica aos excluídos e tratar de uma grande revolução política em vários aspectos da vida social, que sua narrativa perde em termos analíticos marxistas.

No último capítulo da obra, “O Império”, Prado trata da crise na base produtiva causada pela abolição da escravidão, fenômeno esse que para o autor se inicia em 1850, motivado pelo interesse do grande capital inglês. Ele entende haver nesse contexto internacional uma luta, entre os interesses ingleses e os brasileiros, luta essa vencida pela força dominante, a Inglaterra, utilizando-se daqueles tradicionais artefatos que compõe a dominação, a força militar e uma legislação que justifique o emprego das armas.

Mas em termos econômicos, esse fim da escravidão trouxe a possibilidade de investimentos em outros setores da economia, transformando os rumos adotados por nossa política e economia, que tinham sido seguidos durante todo o período abordado no livro e que eram incompatíveis com o progresso. A luta entre Conservadores e Progressistas, já fadada a vitória desses últimos que além de representarem o interesse não apenas de uma classe, mas da população como um todo, eram os que estavam ao lado do rumo econômico que necessariamente deveria ter tomado.

É o retrato da situação clássica relatada por Marx, onde ele coloca que:

Num certo ponto de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações sociais de produção existentes, ou sua expressão jurídica, com as formas de propriedade no seio das quais elas estavam, até então, caladas. Formas de desenvolvimento das formas que produtivas que eram, essas relações tornam-se entraves. Então ocorre uma época de revolução social. (MARX. Contribuição à Crítica da Economia Política. In: DOSSE, 2003, p. 251)

Em nenhum momento desse período se trata do papel político do Imperador, de algum político em especial, assim como em toda a obra. Nessas opções se percebe o alinhamento bem claro do autor com um dos pontos levantados por Engels sobre o papel pessoal na História.

Em toda a obra se discute os reflexos das crises geradas pelas contradições das relações pessoais de produção. Sem sombra de dúvida Caio Prado Jr. conseguiu fundamentar sua exposição de maneira materialista, encontrando o “motor da História”

em todas as importantes mudanças sofridas pela sociedade brasileira do período estudado. Apesar do longo tempo que se passou desde a sua criação, não resta dúvida de que é um dos mais importantes estudos realizados sobre a História brasileira, seja pelo seu caráter inovador, seja por algumas conclusões que ainda podemos retirar dela.

*Recebido em março de 2013, aprovado em julho de 2014.*

*Referências Bibliográficas:*

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP e Brasiliense, 1989.

DOSSE, François. *A História*. Bauriu: EDUSC, 2003.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo: Contexto, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Global, 1985. 7ª ed.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001, 21ª ed.

## RESENHA

Silveira, Edson Damas da. Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia Brasileira. Curitiba: Juruá. 2010, 312p.

O livro *Meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional: direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia brasileira*, de Edson Damas da Silveira, está dividido em três partes: a introdução; a segunda parte que aborda o estado-nação, reação socioambiental na Amazônia Continental e a problemática do Parque Nacional do Monte Roraima e a última parte que fala sobre Ponderação de direitos fundamentais em tensão: meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional.

O texto na sua introdução descreve como foi produzida a obra, do que se trata o livro e seus métodos, dando ênfase à história, geografia e política, tendo como objeto de estudo o Parque Nacional do Monte Roraima na Terra indígena Raposa Serra do Sol e dentro da faixa de fronteira da Amazônia Brasileira. O livro parte da problemática de um processo de ponderação entre direitos fundamentais originalmente ligados às ideias iluministas somadas a questão das fronteiras de um estado nacional que se vangloria soberano.

Na segunda parte do livro o autor descreve os direitos fundamentais ligados diretamente às ideias iluministas junto à questão de fronteira de um estado nacional, dando importância à fixação e entendimento de que tenha a respeito do surgimento e modelação do estado nacional, bem como se deu a construção e propagação da teoria dos direitos humanos.

\* Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Atual da Amazônia, mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia e atualmente é instrutora dos cursos PRONATEC pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

De maneira geral, Edson mostra de forma singular o processo de integração do estado moderno e soberano, o uso interno da coação física, desde que empregado pelos órgãos competentes, os que estão discriminados na Constituição, assim historicamente se dispõe o organograma de funcionamento de todo o estado. O estado nascido de uma constituição que é, ao mesmo tempo, o suporte físico de todo o sistema jurídico da individualidade é na modernidade a estrutura política dominante.

Edson quer compreender e demonstrar em “modernidade” que o homem falhou ao prometer uma emancipação individualista que nos levou ao rompimento com as antigas cosmovisões comunitárias, nas quais o homem só valia como parte do coletivo –o clã, a tribo, a polis, o feudo– assim, como passou por nos conduzir a uma nova ética e a uma nova política, descentrada, liberta do coletivo, em que o homem vale por si mesmo, e não pelo estatuto que a comunidade lhe outorga.

Por outro lado, apesar da dificuldade desse mesmo Estado para lidar com o coletivo, é importante reconhecer que o direito fundamental dos povos indígenas é o direito de existir como povo, vencendo de uma vez por todas as contraditórias presunções de que aqueles povos são equiparáveis juridicamente às pessoas humanas ou aos próprios entes estatais.

Dessa maneira, o autor relata em breves anotações no tópico “o despertar constitucional dos sobreviventes” o atual estágio constitucional desses povos, no qual aborda o debate dos direitos dos povos indígenas na América Latina remetendo a uma colonização entabulada a partir do século XVI. Nesse campo transfronteiriço do território amazônico, Edson avalia como os países Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela têm, de diferentes formas, em suas constituições e leis, bases como história, tradições e costumes dos povos indígenas, fatores esses presentes ou não nos seus sistemas judiciários.

Edson descreve em número as riquezas naturais e sociais de uma Amazônia diversa. Assim, ele afirma que diante dessa complexa diversidade o Estado nacional com sua política de massificação e defesa de valores ocidentais teria sérias dificuldades de se firmar como a única autoridade dominante e supridora das reais necessidades amazônicas. Dessa maneira, o Estado Brasileiro, com tanta complexidade, sequer teria conseguido fincar marcos fronteiriços em territórios amazônicos sem o auxílio dos povos indígenas, após astuciosa e oportunista construção de alianças, como exemplo o Vale do Rio Branco, hoje Estado de Roraima.

A partir desse ponto, o autor começa a dar ênfase na condição de unidade federada do Estado Brasileiro, onde em Roraima busca mostrar as questões de segurança nacional, população indígena, meio ambiente até o Monte Roraima, objeto reduzido a uma tripla afetação que de fato interessa na análise.

Em relações às políticas públicas frustradas do Estado Brasileiro, Edson relata a implantação dessas políticas desde o Ciclo da Borracha, a partir do século XIX, passando por vários projetos de desenvolvimento na Amazônia, que enfrentaram as precárias condições econômicas num estado de fronteira, pelo abastecimento do mercado com produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros, cultivados pelas mãos nordestinas que chegam a Roraima até a pecuária. Por fim, a exploração mineral, o garimpo e por último as áreas de livre comércio implantadas e as que virão a ser implantadas na capital Boa Vista e nos outros municípios do Estado de Roraima.

Nesse ponto de vista, concordo quando o autor faz uma incisiva crítica sobre o fracasso destas políticas públicas, pois se o Estado de Roraima possui o maior quantitativo territorial e populacional de indígenas, como é possível alguma política pública ter êxito sem levar em conta os interesses dos povos indígenas.

De maneira sucinta o autor relata a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol a partir do olhar jurídico, mostrando seu ponto de vista sempre a favor dos índios e contra os que ali queriam continuar, ratificando a “teimosia” que os rizicultores tinham em não querer deixar a área indígena. Já no tópico seguinte o mesmo demonstra historicamente dados sobre a inserção desses indígenas nessas terras, enfatizando que ali sempre estiveram e a eles a terra pertence.

Nessa disputa entre índios e não índios, abordada no item que trata da irregular ocupação pelos não índios a essas terras, o autor cita, a partir de laudos elaborados na Serra do Sol, que garimpeiros e rizicultores criavam expectativas de crescimento para os indígenas, o que, no decorrer dos anos, percebeu-se que eram apenas estratégias para exploração de suas terras e mão de obra barata, para que assim, os não índios enriquecessem e os índios ficassem a mercê da “troca de favores”.

Dentro do próprio contexto e aspectos jurídicos, há controvérsias. O autor descreve resumidamente os 19 votos dos Ministros sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e relata as condições expostas pelo Supremo Tribunal Federal para que a população indígena deva permanecer na área. Vale destacar dentro dessa discussão, a afirmação do ministro Joaquim Barbosa de que não há nada, além da especulação, que confirme a possibilidade de danos à economia do Estado de Roraima, pois a grande extensão do território permite que a produção de arroz continue em outras regiões que não seja a Reserva.

Nas restrições, especificamente a de número 6 indica que a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independente de consulta a comunidades indígenas e à Funai. Nesse contexto, as páginas 110 a 112 relatam a construção de uma base militar pró-



xima a uma das comunidades e questiona-se até que ponto fica esclarecido o acesso dessas forças sem autorização das comunidades e como a “construção” interferirá na tranquilidade dos que vão viver ali. Se a homologação foi feita para impedir e manter essas comunidades tradicionais “isoladas”, como é medida essa “atuação” e quais são suas “atribuições”? Além da segurança nacional, há os fatores sociais que interferem e prejudicam as comunidades.

No começo da segunda parte o autor fala dos conceitos de normas como enunciados normativos e logo depois distingue princípios de regras. Relata ainda, como será analisar e interpretar o objeto de estudo, sendo esse dividido em 3 etapas. A terceira se apresenta antes da segunda. O autor descreve os valores, comportamentos, finalidades e bens jurídicos, relacionando-os às normas e valores na relação jurídica; conceitua direito fundamental difuso e coletivo, dando atenção ao conceito legal abordado às distinções entre o coletivo e difuso.

Na primeira etapa o autor descreve a delimitação do problema, falando do Parque Nacional do Monte Roraima, criado dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, delimitando sobre a vida dos povos Ingarikó, que tem com objetivo assegurar a preservação do parque e a homologação e a posse permanente às comunidades dentro da Serra do Sol. Dessa forma, o Monte Roraima fica sob regime de dupla afetação no sentido de harmonizar os direitos constitucionais dos índios e a preservação do meio ambiente, diversidade étnica e cultural dos Ingarikó.

Na segunda etapa o autor expõe a tensão normativa, explica os argumentos institucionais de resolução e transcendentais, descrevendo o histórico das leis sobre conservação ambiental, onde se insere o Parque Nacional Monte Roraima. Concorde quando Edson faz uma forte crítica em relação à implantação dessas leis.

O autor afirma que a criação do Parque Nacional do Monte Roraima na fronteira e a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol nasceu muito mais motivado pela questão econômica, estratégia geopolítica regional, do que pela preocupação com a preservação do meio ambiente e estímulo à pesquisa científica. Ou seja, utilizaram-se de um legítimo recurso de sustentabilidade ambiental para tentar abstrair um direito fundamental indígena. Desse modo, o autor questiona o momento de criação do direito por parte do Estado Brasileiro, porque antes dele esse mesmo direito já existia.

Como se resolve então a questão das terras indígenas se o direito sobre elas é anterior ao nascimento do Estado nacional? O Estado Brasileiro apenas se limita a declarar esse direito reconhecendo que em momento anterior à sua própria existência esse direito se apresenta congênito, independentemente da sua vontade e sem

qualquer interferência no receptivo processo de criação, porque quando o estado da modernidade aqui se instalou a terra já pertencia de fato ao indígena. Se algo restou depois de criada a terra (mesmo que à força), foi por obra dos colonizadores sobre terra dos colonizados invadidos, entendimento este a favor do direito fundamental Ingarikó e de encontro aos direitos fundamentais de todos os habitantes do mundo. Fica assim, o regime da dupla afetação em perfeita harmonia entre os direitos fundamentais indígenas e proteção ambiental e administração da unidade de conservação com respeito aos usos, tradições e costumes indígenas. E por fim, a segunda parte questiona se os indígenas podem usufruir desses recursos naturais, já que leis afirmam que somente os não índios não podem.

Na terceira parte “Ponderação e Decisão”, Edson fala sobre os limites às condições de regularidade administrativa do empreendimento perante os competentes órgãos de fiscalização. Fala ainda da criação das unidades de conservação sobre as terras indígenas de modo formalmente inconstitucional, fruto da sua destinação. Roraima tem uma grande área de terra indígena, porém é um dos últimos estados em unidades de conservação. Assim, ainda cabe a Roraima administrar 11 milhões de hectares para um pouco mais de 300 mil habitantes, situação fundiária que permanece perfeitamente compatível com o desenvolvimento econômico. Na terra indígena Raposa Serra do Sol demarcada na faixa de fronteira brasileira com os estados nacionais da Venezuela e Guiana é relatada as influências externas como instalações de pelotões militares e como essas bases podem interferir negativamente nas comunidades locais.

No item sobre a livre circulação desses indígenas na fronteira, Edson questiona a segurança coletiva, manifestada pela defesa nacional. Argumenta que há harmonia entre os militares e indígenas, onde um dará apoio ao outro visando o bem estar de ambos os lados. Assim, é confirmado que a presença e permanência dos indígenas em pontos estratégicos do amplo espaço amazônico tornam-se elemento de interesse nacional, ao menos teoricamente por mérito dos discursos oficiais. Nota-se, portanto, que os indígenas têm a consciência de proteger seu habitat, contribuindo para usufruto e segurança de seu território junto ao Estado e afastam discursos alarmantes que apregoam que as terras indígenas em faixa de fronteira representam a ameaça à segurança e à soberania nacional.

Nesse contexto Edson faz críticas em relação ao conceito de soberania ligada à propriedade privada e ao de estado constitucional, inventado para satisfazer os interesses econômicos da burguesia que vive em crise desde seu nascimento. É mostrado que não há histórico de que os indígenas queiram ou pretendam vincular-se a algum

outro país ou reivindicar estado próprio. Assim, os índios, militares e fronteiras, são elementos que se relacionam desde as primeiras configurações do Estado Brasileiro. Tais agentes sempre se correspondiam de forma intermitente e pacífica quando o adversário ficava do outro lado da fronteira. Portanto, não será agora cerceando a liberdade de trânsito dos indígenas nessa fronteira que será diferente.

Todo esse processo torna-se importante na área de fronteira, pois o que está em jogo é a segurança nacional, uma vez que há conflitos entre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em faixa de fronteira da Amazônia Brasileira.

O autor discute a distinção quando se trata de defesa nacional em faixa de fronteira e segurança nacional. No livro é relatado como uma nova roupagem as distinções de segurança com um estado, e defesa como um ato. Desse modo, defesa se refere às ações de cunho militar patrocinada pelo estado para fim de garantia da integridade territorial, e segurança como uma condição que visa à obtenção e à manutenção dos objetivos e interesses da nação.

Além da criação da TI Raposa Serra do Sol em área fronteira, ainda há a Criação do Parque Nacional do Monte Roraima sobre parcela demarcada na tríplice fronteira. No livro, o autor descreve várias discordâncias legalmente em faixa de fronteira. Por fim, fala que o Parque tem todas as atividades e obras lá desenvolvidas, porém devem se limitar àquela destinada a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger enquanto na faixa de fronteira estão permitidas, incondicionalmente e a juízo exclusivo das autoridades de segurança, a instalação e manutenção de unidades militares de polícias, de equipamento para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima.

O autor mostra as contradições entre os benefícios e malefícios da legislação no Parque. Fala da linha de prevenção e intervenção da atividade que são necessárias dentro do Parque de maneira que cumpra a constituição e a aplicação a uma regra de direito fundamental que é amparada ao ambiente ecológico equilibrado.

O livro de Edson Damas, que foi escrito em cima do julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol pelo Tribunal Superior Eleitoral com a tripla afetação – meio ambiente, Terras indígenas e defesa nacional junto às 19 diretrizes editadas na oportunidade. É verificado que houve uma um retrocesso a interesses da União e política de defesa nacional, uma vez que em nenhuma dessas 19 diretrizes feitas foram encontrados avanços na proteção do futuro dos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

No caso do Parque Nacional do Monte Roraima, sobreposto na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e em faixa de fronteira brasileira, é feito um relato de maneira que possamos manter a harmonia entre todos por meio da aplicação da constituição, porém não é assim que iremos garantir o futuro da humanidade, sendo assim criticadas suas políticas arcaicas. Dessa forma, foi proposta pelo autor, à luz, dos métodos mais atualizados, a teoria de direitos fundamentais, amplamente aceita pela nossa mais abalizada doutrina jurídica sem furtar os interesses ligados ao meio ambiente, terras indígenas e defesa nacional.

*Recebido em agosto de 2013, aprovado em julho de 2014.*